

“MENOS DIREITOS QUE DETENTOS”



Um levantamento realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) revelou um cenário preocupante nas instituições de acolhimento para idosos no Estado. De acordo com o projeto “Acolher com Dignidade”, desenvolvido pelo órgão, todas as casas de repouso fiscalizadas apresentaram algum tipo de irregularidade, seja relacionada à infraestrutura, acessibilidade, condições sanitárias ou à garantia de direitos básicos dos moradores.

GERAL 4

Promotora denuncia condições precárias em casas de repouso de Minas

CIDADE 6

Prefeitura intensifica limpeza de bueiros e galerias pluviais para evitar alagamentos em Montes Claros

REGIONAL 9

SESI e SENAI lançam edital de R\$ 6 milhões para projetos de tecnologia e inovação na indústria

POLÍTICA 3

Deputado Arlen Santiago organiza encontro nacional na ALMG e lidera mobilização por reajuste da Tabela do SUS



Presidentes de comissões de saúde de oito estados e do Distrito Federal assinaram ofício ao Ministério da Saúde pedindo recomposição dos valores pagos pelo sistema público. O deputado estadual Arlen Santiago (MG) promoveu nesta segunda-feira (10) um encontro nacional na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, que reuniu presidentes de Comissões de Saúde de Assembleias Legislativas de diferentes estados para discutir os principais desafios do sistema público de saúde no país.

ESPORTE 11

Clássico mineiro movimentou o Brasileiro Feminino Cruzeiro inicia venda de ingressos para duelo contra o Atlético na Arena

A expectativa para mais um capítulo do clássico mineiro no futebol feminino começa a ganhar forma fora das quatro linhas. O Cruzeiro iniciou nesta terça-feira (10) a venda de ingressos para o confronto diante do Atlético, válido pela terceira rodada do Campeonato Brasileiro Feminino A1. A partida está marcada para sábado (14), às 16h, na Arena do Jacaré, em Sete Lagoas, e contará com a presença das torcidas das duas equipes, o que promete ampliar ainda mais o clima de rivalidade e festa nas arquibancadas.

Montes Claros decreta situação de emergência após fortes chuvas causarem danos em diversas áreas da cidade

A Prefeitura de Montes Claros decretou situação de emergência em decorrência das fortes chuvas que atingiram o município no final de fevereiro e provocaram diversos prejuízos à infraestrutura urbana e a residências.



CIDADE 5

CIMAMS recebe curso da Receita Federal sobre parcelamento excepcional de dívidas municipais

Prefeitos, gestores públicos e técnicos da área financeira de diversos municípios do Norte de Minas terão uma oportunidade importante de capacitação nesta semana. O Consórcio Intermunicipal Multifuncional da Área Mineira da Sudene (Cimams) sediará, no próximo dia 12 de março, às 9 horas, um curso promovido pela Receita Federal do Brasil sobre o Parcelamento Excepcional de Municípios e Consórcios Intermunicipais (PEM) – 2025.



POLÍTICA 3

Banco Master – Quando a confiança no STF é colocada à prova

BADY CURI NETO
ADVOGADO

Há tempos vivenciamos momentos de profunda inquietação institucional no âmbito de nossa mais alta Corte de Justiça, o Supremo Tribunal Federal (STF). Não se trata de crítica ideológica ou partidária, mas de preocupação manifestada por diversos juristas a partir de princípios elementares da ciência jurídica.

Entre os episódios frequentemente apontados estão:

- alegadas incursões na esfera de competência de outros Poderes da República;
- a imposição de medidas interpretadas por críticos como censura prévia a jornalistas, políticos e cidadãos, com bloqueios de redes sociais e aplicação de multas;
- o julgamento, pelo próprio STF, de pessoas sem prerrogativa de foro — como em processos relacionados aos atos de 8 de janeiro — que, em tese, deveriam tramitar na primeira instância;

decisões monocráticas de grande impacto institucional, como a proferida em setembro de 2023 pelo ministro Dias Toffoli, que anulou acordo de leniência firmado pela empreiteira Odebrecht com o Ministério Público Federal;

a designação de relatoria de determinados inquéritos sem distribuição regular, o que, segundo críticos, poderia tensionar o princípio do juiz natural;

e a longa duração de investigações conduzidas no âmbito do Corte, alimentando a percepção de que tais procedimentos poderiam estar sendo utilizados para investigar ou constranger críticos do tribunal.

Recentemente, outro episódio ganhou repercussão após denúncias feitas por Eduardo Tagliaferro, ex-assessor do Tribunal Superior Eleitoral. Segundo ele, mensagens extraídas de seu celular indicariam

a existência de uma estrutura no tribunal destinada à elaboração de relatórios e pareceres que teriam servido de base para decisões envolvendo bloqueio de redes sociais e restrições a opositores políticos.

Tagliaferro, atualmente na Itália, afirmou que tais relatórios teriam sido produzidos sob demanda. As denúncias, entretanto, permanecem objeto de controvérsia.

Em vez de instaurar investigação específica para apurar a veracidade das alegações, o Supremo Tribunal Federal recebeu denúncia contra o ex-assessor por crimes como violação de sigilo funcional e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

O episódio gerou críticas. Em editorial, o jornal O Estado de S. Paulo classificou a situação como juridicamente preocupante, apontando o fato de que o ministro Alexandre de Moraes — citado

nas denúncias — teria participado do julgamento do caso.

Outro tema recente envolve investigações relacionadas ao Banco Master e seu então presidente, Daniel Vercaro. Reportagens apontaram possíveis relações do banco com personagens do cenário político e jurídico. Segundo notícias veiculadas na imprensa, um fundo de investimento ligado ao banco adquiriu o resort Tayayá, pertencente ao ministro Dias Toffoli e seus irmãos. Inicialmente, o próprio ministro conduziu procedimentos relacionados ao caso, negando impedimento. Posteriormente, o processo, através de um arranjo jurídico, foi redistribuído ao ministro André Mendonça.

Outra informação amplamente divulgada refere-se a um contrato de honorários advocatícios firmado entre o Banco Master e a advogada Viviane Barci, esposa do

ministro Alexandre de Moraes, no valor de R\$ 129 milhões. Segundo reportagens, a dimensão do contrato levantou questionamentos sobre eventual conflito de interesses — hipótese negada pelos envolvidos.

Mais recentemente, reportagem da jornalista Malu Gaspar, do jornal O Globo, revelou suposta troca de mensagens entre Daniel Vercaro e Alexandre de Moraes no dia da prisão do banqueiro. O gabinete do ministro negou a existência dessas conversas.

Mesmo após a negativa oficial, a reportagem afirma que teve acesso a dados obtidos por meio de software de extração de conteúdo que teria recuperado mensagens originalmente enviadas em formato de visualização única.

Diante de tantas controvérsias, o que se espera — em nome da credibilidade institucional — é

transparência e apuração rigorosa dos fatos. Num Estado Democrático de Direito, nenhuma autoridade está imune ao escrutínio público. Ao contrário: quanto maior o poder exercido por uma instituição, maior deve ser também o seu compromisso com a transparência, a imparcialidade e o respeito às garantias constitucionais.

A autoridade do Judiciário não se sustenta apenas na força de suas decisões, mas sobretudo na confiança que a sociedade deposita na imparcialidade de seus julgadores. Quando essa confiança se fragiliza, não é apenas a imagem de um tribunal que se desgasta. É a própria legitimidade institucional da Justiça que começa a ser silenciosamente corroída.

E sem confiança na Justiça, o Estado de Direito perde um de seus pilares mais essenciais.

Tenho dito!

A qualidade precisa vencer

MARCELO MENDES
GERENTE GERAL DA KRJ CONEXÕES.

O mercado eletroeletrônico brasileiro tem passado por transformações significativas nesta fase. Há diversas indústrias que têm procurado novas alternativas para produzirem com boa qualidade e maior produtividade. O problema, porém, é quando o interesse fica concentrado demasiadamente no custeio e os compradores das concessionárias de energia passam a comprar componentes notadamente do mercado chinês e sem a conexão direta com o nível de qualidade necessário.

Lamentavelmente, temos visto todos os dias nos jornais várias notícias com reclamações sobre o desempenho de algumas concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Acreditamos que todos do segmento energético podem dar sua própria contribuição pública citando os problemas que nos deparamos em nosso dia a dia. Neste momento é preciso ficarmos atentos principalmente sobre a extrema necessidade de preservar a qualidade dos componentes usados nas concessionárias. O primeiro passo nesse sentido está na qualificação dos fornecedores e exigir os atributos especialmente aqueles previstos em como, por exemplo, o clássico padrão NBR.

O conjunto de normas do padrão NBR é um dos principais marcos nesse cenário. As normas NBR (Normas Brasileiras) são um conjunto de padrões técnicos elaborados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Elas estabelecem requisitos, procedimentos, especificações e diretrizes para garantir a qualidade, segurança e eficiência de produtos, serviços e processos em diferentes áreas, como energia elétrica, construção civil, saúde, meio ambiente, tecnologia,

entre outras.

Essas normas ajudam a padronizar e organizar práticas no Brasil, promovendo a compatibilidade entre diferentes produtos e serviços, facilitando o comércio e assegurando a conformidade com as exigências legais, sendo um compromisso da empresa com processos padronizados, melhoria contínua e rastreabilidade.

Em complemento temos a certificação ISO 9001. A norma internacional que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e que é um selo de qualidade na gestão dos processos internos.

E além da norma e certificação mencionadas, existem outras imprescindíveis e que asseguram a qualidade do produto. A ISO 14001, que estabelece requisitos para as empresas minimizarem os efeitos ambientais e fomentarem a sustentabilidade.

As normas e certificações destacadas neste artigo são só algumas dentre diversas certificações que asseguram a confiabilidade e segurança da empresa, bem como de seus equipamentos e serviços fornecidos.

Paradoxalmente, não é raro um problema elétrico atingir o próprio consumidor final com apagões ou quedas recorrentes de energia, que é produto muitas vezes de componentes de apenas alguns centímetros. Um pequeno item, por isso, pode gerar um grande problema.

No caso dos conectores elétricos sua baixa qualidade se transforma naquele ‘elo da corrente’ rompido e resulta em sérios problemas na distribuição da corrente elétrica. Quando um conector é fabricado com material de baixa qualidade, geralmente não possui as dimensões adequadas ou está sujeito mais à oxidação, o que

gera uma alta resistência de contato no dispositivo, ou seja, causa falta de fluidez no fluxo de corrente elétrica que ocorre no ponto de união entre dois condutores (conectores, disjuntores, interruptores ou relés).

O defeito mais comum e perigoso num conector ruim é o aquecimento excessivo, também, conhecido como ‘efeito Joule’. Ele ocorre quando a corrente elétrica passa por uma conexão de má qualidade, criando uma resistência que gera intenso calor. O problema acaba provocando derretimento do isolamento dos condutores e consequente danos as conexões da rede elétrica, e pode até provocar, além do prejuízo da falta de energia, incêndios em casos extremos.

Um mau contato gera calor que gera uma sobrecarga na rede e por isso desarma o sistema, ainda que o consumo de energia pelos aparelhos elétricos esteja normal. O desarme do sistema provoca quedas frequentes de eletricidade que acabam irritando qualquer usuário de energia elétrica, mesmo que seja até um monge tibetano.

Outro grande dissabor são as oscilações e a queda de tensão, mais uma dificuldade característica provocada pelo conector tecnicamente inadequado. Essa situação impede que a tensão correta chegue aos aparelhos. No caso do consumidor final elas ficam evidentes quando as luzes ficam piscando, os equipamentos funcionam vagarosamente ou até não ligam sem uma razão clara. A pessoa vai notar essas falhas naquele instante em que o forno de micro-ondas demora mais para esquentar ou quando um motor elétrico está com ruído esquisito. Para o consumidor final o prejuízo ficará mais visível ao perceber que os

aparelhos eletrônicos mais sensíveis, como TV e computador, apresentam uma menor vida útil.

E não é só isso. Conexões ruins aumentam a conta no final do mês. O calor produzido por conectividade ruim é na verdade desperdício de energia. O consumidor paga pelo calor dissipado via fiação e que nunca se transformou em eletricidade ou força motriz de algum aparelho eletrodoméstico. É uma perda tanto dentro de casa, como em escritórios, comércios ou outro lugar consumidor de eletricidade.

A entrega da energia nas residências está associada à maneira adequada da aplicação dos conectores na rede elétrica. Em outras palavras, é preciso pensar na qualidade da aplicação e dos produtos conectados à rede elétrica para não ‘tomar choque no bolso’. Naturalmente, não se pode dissociar também a parte da responsabilidade do operador, mas a integridade do dispositivo é essencial e indispensável. Não adianta ter um conector admirável se o profissional não souber aplicá-lo. É um esforço de ponta a ponta: qualidade de mão de obra e produto.

Lamentavelmente, hoje em dia, há uma forte sensação de incentivo no mercado de energia elétrica apenas para a busca de materiais baratos. Dentro do segmento, existem também questionamentos de players sobre presença constante daqueles ‘clássicos’ fornecedores nos projetos. No entanto, esses reclamantes, em geral, calouros no mercado, não prestam atenção ou não observam as razões dessa ocorrência. Não fazem uma reflexão mais profunda sobre os motivos dessa presença incômoda para eles.

Os rigores de qualificação nas concorrências exigem que participem somente fornecedores que tenham alta qualidade no fornecimento. Embora o Brasil tenha uma quantidade absurda de empresas, nem todas estão preparadas ou qualificadas para o fornecimento, no grau de exigência da cadeia de suprimentos do setor elétrico. Muitas vezes aqueles players com acionistas externos não compreendem o panorama brasileiro, porque analisam apenas outros mercados e observam atentamente apenas a situação em mercados distantes por outro prisma, não enxergando qual é efetivamente a realidade brasileira.

Por aqui, ainda há muitos fornecedores de baixa categoria. Empresas que fabricam produtos sem compromisso com a qualidade, sem controle de processos, sem certificação e, portanto, não estão à altura para atender aos padrões exigidos pelo setor elétrico. Quando possuem controladores estrangeiros enfrentam desafios para compreender os detalhes, características e especificidades do mercado nacional porque só conseguem ver e entender a situação de fora.

Na China, por exemplo, há fornecedores com os mais diversos tipos de materiais. Há relatos, de dentro de distribuidoras, que ao se pedir um certificado de origem, eles ignoram a solicitação. Quando se solicita um certificado de rastreabilidade podem dizer que não têm num primeiro momento, mas no outro dia curiosamente aparecem com um certificado que foi pedido. Esse tipo de fornecedor concorre no mercado com várias empresas brasileiras

que realmente investiram, se prepararam e se qualificaram durante muito tempo.

Surgiu também um novo comportamento no mercado de também tentar qualificar todo e qualquer fornecedor, porque há pressão do controlador por novos entrantes, mesmo que não necessariamente estejam qualificados para competir no processo de compras, especialmente naqueles segmentos com mais concorrentes. Muitos desses novatos, na realidade, estão competindo de uma forma desigual com os outros fornecedores brasileiros por causa das diferenças nos direitos trabalhistas e alternativas de produção mais baratas e descompromissadas.

A China, maior concorrente na produção de conectores elétricos, reconhecidamente não tem sido um país que possui uma legislação trabalhista nos mesmos moldes que existe no Brasil. Não apresenta o mesmo nível de despesas e encargos similares no trabalho assalariado. Mesmo entre aqueles fornecedores que são homologados, com capacidade técnica de fornecimento, eles efetivamente concorrerem de uma forma desleal no Brasil.

Consequentemente, são inúmeras vertentes num só grande problema para o mercado nacional. E o novo componente nessa disputa assimétrica é essa pressão dos fornecedores entrantes, sem a mínima qualificação para as necessidades locais. São concorrentes que atuam de maneira desigual e desleal. De todo modo continuaremos lutando pela presença de características essenciais no produto sem as quais não se poderia conceber a sua existência num mercado de tanta responsabilidade.

Redução de beneficiários mostra como a saúde privada ainda depende da renda

THAYAN FERNANDO FERREIRA
ADVOGADO

O número de beneficiários de planos de assistência médica no Brasil registrou leve retração em janeiro de 2026. Dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) indicam que o setor encerrou o mês com 52.996.625 vínculos ativos, queda de 0,17% em relação a dezembro. O recuo representa redução de 91.359 beneficiários no período. Na comparação com janeiro de 2025, porém, o segmento mantém trajetória de crescimento, com aumento de pouco mais de 1 milhão de vínculos em 12 meses.

Nos planos exclusivamente

odontológicos, o movimento foi semelhante. O total de beneficiários chegou a 35.487.403 em janeiro, com redução mensal de 22.755 vínculos. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o segmento registrou expansão de cerca de 1,1 milhão de beneficiários. A maior parte dos contratos permanece vinculada a empresas. Nos planos médico-hospitalares, os coletivos empresariais concentram cerca de 73% dos vínculos, enquanto os contratos individuais ou familiares respondem por aproximadamente 16%. Nos planos odontológicos, a participação dos contratos empresariais também

predomina, com cerca de 74,9%.

Em casos assim, as oscilações mensais fazem parte da dinâmica do setor e costumam refletir fatores econômicos, como variações no emprego formal e ajustes contratuais nas empresas. A saúde suplementar exerce papel importante no sistema de saúde brasileiro. Ao absorver parte significativa da demanda por consultas, exames e internações, os planos privados contribuem para reduzir a pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda é importante esclarecer que esse efeito indireto sobre o sistema público torna o setor estraté-

gico. “Quando mais de 50 milhões de vínculos estão na saúde suplementar, há um impacto concreto na distribuição da demanda assistencial. Sem essa rede privada, o SUS enfrentaria uma sobrecarga ainda maior.

Também gostaria de chamar atenção para a necessidade de cautela nos cancelamentos de contratos. Em momentos de dificuldade financeira ou mudança de emprego, muitos consumidores optam por encerrar o plano sem observar procedimentos formais. O distrato precisa ser feito de forma documentada, preferencialmente por canais

oficiais da operadora, como aplicativo, central de atendimento ou protocolo escrito. Isso evita cobranças indevidas e garante a comprovação do pedido de cancelamento.

No fim das contas, ainda que o beneficiário verifique prazos contratuais, eventuais multas e a data efetiva de encerramento do vínculo. O consumidor deve guardar o número de protocolo e solicitar confirmação por escrito. Esse cuidado simples reduz o risco de litígios futuros e assegura que o cancelamento seja processado corretamente.

Em termos comparativos, ain-

da que o arranjo brasileiro atenda um quarto da população, mesmo depois do corte, esse escopo difere tanto do modelo europeu quanto do norte-americano. Nos Estados Unidos, cerca de 92% da população possui algum tipo de cobertura de saúde, com predominância de seguros privados vinculados ao emprego ou a programas públicos específicos. Já na maior parte da Europa, o acesso básico é garantido por sistemas universais financiados pelo Estado, enquanto seguros privados funcionam majoritariamente como cobertura complementar ou para reduzir filas de atendimento.

Deputado Arlen Santiago organiza encontro nacional na ALMG e lidera mobilização por reajuste da Tabela do SUS

Presidentes de comissões de saúde de oito estados e do Distrito Federal assinaram ofício ao Ministério da Saúde pedindo recomposição dos valores pagos pelo sistema público.

O deputado estadual Arlen Santiago (MG) promoveu nesta segunda-feira (10) um encontro nacional na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, que reuniu presidentes de Comissões de Saúde de Assembleias Legislativas de diferentes estados para discutir os principais desafios do sistema público de saúde no país. O encontro resultou na assinatura de um ofício conjunto que será encaminhado ao Ministério da Saúde e à Secretaria-Geral da Presidência da República solicitando o reajuste da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O documento aponta o subfinanciamento como o principal problema enfrentado atualmente pelo sistema público de saúde. Os parlamentares defendem a recomposição urgente dos valores pagos pelo SUS a hospitais, clínicas e profissionais de saúde, argumentando que a defasagem compromete o funciona-

mento da rede assistencial em todo o país.

Segundo o deputado Arlen Santiago, a mobilização busca chamar atenção para a necessidade de fortalecer o financiamento do sistema público de saúde.

“Estamos falando de uma tabela que, em muitos casos, está praticamente congelada há quase duas décadas. Não é possível manter a qualidade do atendimento e a sustentabilidade de hospitais e santas casas com valores tão defasados. A atualização da Tabela do SUS é fundamental para garantir atendimento digno à população”, afirmou.

Durante o encontro, cada deputado teve a oportunidade de apresentar um balanço das ações desenvolvidas em suas respectivas comissões, relatar experiências bem-sucedidas e destacar os principais desafios enfrentados pelos estados na gestão da saúde pública. Apesar das realidades regionais distintas, houve consenso entre os parlamentares de que a atualização da tabela é uma medida fundamental para garantir sustentabilidade financeira ao sistema.

A Tabela SUS define quanto o sis-

tema público paga por procedimentos médicos e hospitalares. Muitos desses valores, porém, permanecem praticamente inalterados há quase duas décadas. Um dos exemplos citados pelos parlamentares é o valor da consulta médica ambulatorial, que permanece em torno de R\$ 10 desde um período em que o salário-mínimo era de R\$ 380.

Segundo os deputados, essa defasagem impacta diretamente o funcionamento de hospitais públicos, instituições filantrópicas e santas casas, além de contribuir para o aumento das filas para cirurgias e exames e para a dificuldade de manter especialistas em áreas estratégicas.

O documento direcionado ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, solicita a adoção de medidas emergenciais, entre elas um reajuste imediato da Tabela SUS, a criação de um mecanismo permanente de atualização dos valores e a abertura de uma mesa técnica de diálogo com representantes dos estados e municípios.

Além do parlamentar mineiro, estiveram presentes os presidentes das comissões de saúde: Bruno da

Costa Resende (Espírito Santo), Jorge Viana de Souza (Distrito Federal), Francisco Cláudio Linhares de Sá Filho (Roraima), Luís Eduardo Schincaglia (Rondônia), Bruna Dias Furlan Vicente (São Paulo), Neodi Saretta (Santa Catarina) e Lidiane Lucena (Sergipe).

O evento também contou com a participação do defensor público Sérgio Muniz Neves, coordenador do Núcleo de Saúde da Defensoria Pública em Porto Velho (RO), que contribuiu com reflexões sobre a judicialização da saúde.

Na parte da tarde, os parlamentares ainda têm agenda prevista na Cidade Administrativa de Minas Gerais, onde se reunirão com o governador Romeu Zema e com o secretário de Estado de Saúde, Fábio Baccheretti, para apresentar as conclusões do encontro e reforçar a mobilização nacional em torno da atualização da Tabela do SUS.

O documento assinado em Belo Horizonte será encaminhado ao governo federal como posicionamento conjunto das comissões de saúde dos estados, defendendo uma recomposição urgente do financiamento do sistema público de saúde brasileiro.



CIMAMS recebe curso da Receita Federal sobre parcelamento excepcional de dívidas municipais

Prefeitos, gestores públicos e técnicos da área financeira de diversos municípios do Norte de Minas terão uma oportunidade importante de capacitação nesta semana. O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene (Cimams) sediará, no próximo dia 12 de março, às 9 horas, um curso promovido pela Receita Federal do Brasil sobre o Parcelamento Excepcional de Municípios e Consórcios Intermunicipais (PEM) – 2025.

O encontro será realizado no auditório do próprio consórcio, em Montes Claros, e conta com a parceria da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams). A iniciativa integra uma série de eventos técnicos que vêm sendo realizados em diferentes cidades da região com o objetivo de orientar administrações municipais sobre as novas possibilidades de regularização fiscal previstas na legislação federal.

A capacitação abordará as diretrizes estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 136/2025, que instituiu o programa de parcelamento excepcional voltado especi-

ficamente para municípios e consórcios intermunicipais. A medida foi criada como uma alternativa para auxiliar as administrações públicas locais a renegociar débitos tributários e reorganizar suas finanças.

Série de encontros na região

O evento em Montes Claros representa a terceira etapa de uma agenda regional de capacitações promovidas pela Receita Federal. Antes disso, encontros semelhantes já foram realizados nas cidades de Januária e Pirapora, consideradas polos importantes do Norte de Minas.

A proposta é levar informações técnicas diretamente aos gestores municipais, garantindo que prefeitos, secretários e equipes administrativas tenham acesso a orientações atualizadas sobre os mecanismos de regularização fiscal disponíveis para os entes públicos.

Com a realização do curso na sede do Cimams, a expectativa é reunir representantes de dezenas de municípios que integram a área

mineira da Sudene, fortalecendo a cooperação institucional entre os órgãos federais e as administrações locais.

Orientação para gestores públicos

O curso é direcionado especialmente a prefeitos, procuradores municipais, secretários das áreas de Fazenda, Finanças e Planejamento, além de técnicos responsáveis pela gestão contábil e tributária das prefeituras. Também poderão participar equipes administrativas dos consórcios intermunicipais que atuam na região.

Durante a capacitação, especialistas da Receita Federal irão detalhar as regras e as condições previstas no programa de parcelamento excepcional, apresentando orientações práticas sobre como os municípios podem aderir ao mecanismo e aproveitar os benefícios previstos pela legislação.

Entre os principais pontos a serem abordados estão os critérios de adesão, os prazos estabelecidos para negociação das dívidas e as possibilidades de redução de encargos financeiros, medidas que podem representar alívio significativo para os cofres públicos municipais.

Oportunidade de reorganização fiscal

O Parcelamento Excepcional de Municípios e Consórcios Intermunicipais foi criado com o objetivo de permitir que prefeituras regularizem débitos junto à União em condições mais favoráveis do que aquelas normalmente disponíveis.

Entre as vantagens previstas no programa estão prazos diferenciados para pagamento das dívidas e possibilidades de redução de multas e juros. Essas condições especiais foram pensadas para facilitar a reorganização fiscal dos municípios, muitos dos quais enfrentam dificuldades financeiras para equilibrar receitas e despesas.

A regularização das pendências tributárias também contribui para ampliar a segurança jurídica das administrações municipais, além de permitir que os entes públicos possam firmar convênios, receber transferências voluntárias e acessar recursos federais destinados a investimentos em áreas como saúde, educação e

infraestrutura.

Espaço para esclarecimento de dívidas

Além da apresentação teórica sobre o funcionamento do programa, o encontro no Cimams também terá caráter prático. Os participantes poderão tirar dúvidas diretamente com os representantes da Receita Federal e discutir situações específicas enfrentadas pelas administrações municipais.

A expectativa é que o evento funcione como um importante espaço de orientação técnica, auxiliando os gestores na análise das

possibilidades de adesão ao parcelamento e no planejamento de estratégias de regularização fiscal.

Fortalecimento da gestão pública

Para o Cimams e para a Amams, parceiros da iniciativa, a realização do curso reforça o compromisso das instituições com o fortalecimento da gestão pública municipal. Ao aproximar os municípios das informações e instrumentos disponíveis na legislação federal, o evento contribui para ampliar a capacidade administrativa das prefeituras da região.

Em um cenário de desafios fiscais enfrentados por grande parte dos municípios brasileiros, iniciativas de capacitação e orientação técnica tornam-se fundamentais para garantir que os gestores tenham acesso às ferramentas necessárias para conduzir a administração pública com responsabilidade e planejamento.

Com a presença esperada de representantes de diversas cidades do Norte de Minas, o encontro desta quarta-feira em Montes Claros deve consolidar mais um passo na busca por maior equilíbrio financeiro e sustentabilidade fiscal nas administrações municipais da região.



CONHEÇA ALGUNS

Diferenciais

DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

- 1 Princípios Cristãos e valores eternos
- 2 Educação confiável
- 3 Qualidade acadêmica e desenvolvimento integral
- 4 Profissionais comprometidos
- 5 Abordagem educativa centrada no cuidado integral
- 6 Segurança, respeito e cuidado
- 7 Grandes oportunidades e laços de amizade eternos
- 8 Formação muito além do ensino

MATRÍCULAS AQUI!

Quando pensamos no futuro dos nossos filhos, o que mais desejamos é que eles sejam felizes, realizados e guiados por bons princípios. Na Educação Adventista, caminhamos ao lado das famílias nessa missão. Há 129 anos, unimos ensino de qualidade, educação cristã e cuidado emocional para formar alunos preparados para a vida — com propósito, esperança e amor.

R: Francisco Coutinho, 982
Augusta Mota

#MuitoAlém do Ensino

“MENOS DIREITOS QUE DETENTOS”

Promotora denuncia condições precárias em casas de repouso de Minas

Em tom crítico, a promotora afirmou que, em muitos casos, os idosos acabam tendo menos garantias do que pessoas privadas de liberdade



Um levantamento realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) revelou um cenário preocupante nas instituições de acolhimento para idosos no Estado. De acordo com o projeto “Acolher com Dignidade”, desenvolvido pelo órgão, todas as casas de repouso fiscalizadas apresentaram algum tipo de irregularidade, seja relacionada à infraestrutura, acessibilidade, condições sanitárias ou à garantia de direitos básicos dos moradores.

Os dados foram apresentados nesta segunda-feira (9) pela promotora de Justiça Érika de Fátima Matozinhos Ribeiro, durante apresentação de balanço das inspeções realizadas em diversas cidades mineiras. Segundo ela, muitas das situações encontradas nas instituições representam grave violação da dignidade humana e evidenciam a perda de autonomia das pessoas idosas institucionalizadas.

Em tom crítico, a promotora afirmou que, em muitos casos, os idosos acabam tendo menos garantias do que pessoas privadas de liberdade.

“A pessoa idosa e a pessoa com deficiência, quando entram numa instituição, muitas vezes têm menos direitos do que o preso numa prisão”, declarou.

Segundo ela, enquanto detentos possuem direito a atividades externas, banho de sol e visitas regulares, muitos idosos passam grande parte do dia restritos ao quarto, sem atividades e sem espaços adequados de convivência.

Tragédia reacende debate sobre fiscalização

A divulgação do levantamento ocorreu poucos dias após um episódio trágico que chamou a atenção para a situação dessas instituições. No início do mês, um lar de idosos localizado no bairro Jardim Vitória, na região Noroeste de Belo Horizonte, desabou, provocando a morte de 12 pessoas, sendo 11 idosos acolhidos e o proprietário do imóvel.

Após o desastre, o Ministério Público informou que já havia acionado a Justiça desde 2017 apontando irregularidades estruturais no local, como infiltrações, pisos irregulares e ausência de barras de apoio. A Polícia Civil segue investigando as causas do desabamento.

O caso reacendeu o debate sobre a fiscalização e as condições de funcionamento das instituições de longa permanência para idosos em Minas Gerais.

Fiscalizações em 167 municípios

O projeto “Acolher com Dignidade” já realizou inspeções em 287 instituições de acolhimento em todo o Estado. Desse total, 265 são instituições de Longa Permanência para Idosos (LIPs) e 22 são residências inclusivas voltadas para pessoas com deficiência entre 18 e 59 anos.

As fiscalizações ocorreram em 167 municípios mineiros e envolveram aproximadamente 1,5 mil pessoas acolhidas.

Segundo o Ministério Público, o resultado das inspeções é alarmante: 100% das instituições visitadas apresentaram algum tipo de irregularidade, principalmente relacionadas à infraestrutura e acessibilidade.



Entre os problemas mais recorrentes está a inadequação de rampas de acesso. Pela legislação, a inclinação máxima permitida é de 8,33%, mas em algumas instituições foram encontradas rampas com até 25% de inclinação, o que representa sério risco de quedas.

“A pessoa idosa, quando cai, muitas vezes não consegue se recuperar totalmente. Isso pode levar à perda de mobilidade ou até mesmo ao agravamento de problemas de saúde”, alertou a promotora.

Superlotação e estrutura inadequada

Outro problema identificado pelas equipes de fiscalização é a superlotação dos quartos. A legislação estabelece que as instituições podem acomodar no máximo quatro pessoas por quarto, garantindo condições mínimas de conforto e privacidade.

No entanto, o levantamento encontrou locais com até 12 idosos dividindo o mesmo espaço, situação que compromete não apenas o bem-estar dos moradores, mas também a higiene e a segurança.

Além disso, foram identificadas falhas estruturais graves, como ausência de barras de apoio em banheiros, infiltrações nas paredes, pisos inadequados e falta de espaços apropriados para refeições e convivência.

Em algumas instituições, segundo o relatório, os moradores são obrigados a fazer as refeições na própria cama, devido à inexistência de refeitórios adequados.

Uso coletivo de objetos pessoais

Durante as inspeções, também foram registradas situações que comprometem a saúde e a dignidade dos idosos.

Entre os casos relatados estão uso coletivo de escovas de dente, roupas íntimas, sabonetes e peças de vestuário, prática considerada extremamente preocupante pelas autoridades.

“Isso é gravíssimo. Se uma pessoa tem uma doença contagiosa, como uma infecção urinária ou outro problema de saúde, todos os demais moradores podem ser contaminados”, explicou a promotora.

Além disso, foram identificados banheiros sem portas, falta de privacidade e ausência de condições mínimas de higiene.

Rotinas rígidas e perda de autonomia

Outro aspecto destacado pelo Ministério Público é a restrição da autonomia dos idosos dentro das instituições.

Em alguns locais, os moradores são submetidos a rotinas extremamente rígidas, determinadas pela organização interna dos estabelecimentos.

Segundo a promotora, há casos em que os idosos são obrigados a acordar às 4 horas da manhã para tomar banho, simplesmente porque o horário facilita a logística de funcionamento da instituição.

“Essa rotina não leva em consideração a vontade ou o conforto da pessoa idosa”, afirmou.

Além disso, muitos moradores não têm liberdade para escolher o



que vestir, quando receber visitas ou até mesmo para sair do quarto.

Controle do próprio dinheiro também é limitado

O levantamento também aponta problemas relacionados ao controle do dinheiro dos idosos institucionalizados.

Pela legislação brasileira, instituições de acolhimento podem reter até 70% do benefício previdenciário ou da pensão dos moradores para custear despesas com alimentação, cuidados e manutenção do espaço.

Os 30% restantes deveriam ficar disponíveis para uso pessoal do idoso, permitindo que ele compre itens de interesse próprio.

No entanto, segundo o Ministério Público, há casos em que os moradores não conseguem acessar nem mesmo essa parte do benefício, ficando totalmente dependentes da administração da instituição.

“Esses 30% deveriam garantir autonomia para pequenas escolhas, como comprar algo que a pessoa gosta ou decidir o que vestir. Mas muitas vezes ela não tem qualquer controle sobre isso”, destacou a promotora.

Falta de apoio do poder público

Apesar das irregularidades encontradas, o Ministério Público também reconhece que muitas instituições enfrentam dificuldades financeiras para manter a estrutura e os serviços necessários. Segundo a promotora, o cus-

to médio para manter um idoso em uma instituição varia entre R\$ 2.900 e R\$ 6.600 por mês, valor que normalmente não é coberto pelos recursos disponíveis.

“Como uma instituição vai cuidar com dignidade de uma pessoa idosa recebendo apenas 70% de um salário mínimo? O poder público precisa participar desse cuidado”, afirmou.

Ela defende maior participação dos governos municipal, estadual e federal na política de acolhimento, com financiamento e acompanhamento mais efetivo das instituições.

Política pública de cuidado

A promotora também ressaltou que o Brasil possui atualmente a Política Nacional do Cuidado, que reconhece o atendimento a idosos e pessoas com deficiência como responsabilidade compartilhada entre famílias, sociedade e poder público.

Para ela, é fundamental que essa política seja efetivamente aplicada, garantindo melhores condições de atendimento e fiscalização permanente das instituições.

“O cuidado com a pessoa idosa precisa ser entendido como uma política pública essencial. Não é apenas uma responsabilidade das instituições ou das famílias, mas de toda a sociedade”, concluiu.

Enquanto isso, o Ministério Público segue ampliando as fiscalizações e cobrando providências para garantir que as casas de repouso ofereçam condições dignas, seguras e humanizadas para os idosos em Minas Gerais.

Sindicatos promovem 4ª edição do “Mês das Mulheres” em Montes Claros com debates sobre igualdade e saúde feminina

Montes Claros sediará, no próximo dia 31 de março, a 4ª edição do “Mês das Mulheres – Um Bate-Papo Entre Mulheres”, evento que busca promover reflexões sobre igualdade de direitos, valorização profissional e saúde feminina. O encontro será realizado a partir das 18h30, na sede da OAB Montes Claros (OAB Eventos), localizada no bairro Ibituruna, e é aberto ao público feminino, sem necessidade de inscrição prévia. A expectativa da organização é reunir mais de 500 participantes.

A iniciativa integra as ações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, e é promovida pelo Sindcomerciários de Montes Claros e Região, por meio da Secretaria de Assuntos da Mulher Comerciária (SEAMC), em parceria com o Sindcomércio Montes Claros e a Fecomercários-MG.

O evento conta ainda com o apoio da Prefeitura de Montes Claros, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da OAB Montes Claros, do SESC, do SENAC, além de diversos parceiros e patrocinadores.

dores que colaboram para a realização da iniciativa.

Espaço de diálogo e fortalecimento feminino

De acordo com a organização, o encontro tem como principal objetivo criar um ambiente de diálogo, troca de experiências e fortalecimento da presença feminina em diferentes áreas da sociedade, especialmente no setor do comércio, onde as mulheres já representam a maior parte da força de trabalho.

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tem ampliado discussões sobre temas como igualdade de oportunidades, valorização profissional, direitos trabalhistas e acesso à saúde, assuntos que estarão no centro dos debates durante a programação.

Segundo a diretora da Secretaria de Assuntos da Mulher Comerciária, Daniela Ribeiro, o evento busca fortalecer o protagonismo feminino e ampliar a rede de apoio entre mulheres de diferentes seg-

mentos.

A proposta é criar um espaço acolhedor para escuta, aprendizado e compartilhamento de experiências, estimulando reflexões sobre representatividade, direitos e bem-estar.

Rodas de conversa abordam igualdade e saúde da mulher

A programação desta edição contará com duas rodas de conversa, reunindo especialistas, lideranças políticas, profissionais da saúde e representantes de instituições públicas e privadas.

A primeira mesa terá como tema “Políticas de Igualdade: Avanços e Desafios”, trazendo reflexões sobre a participação feminina na política, no mercado de trabalho e em espaços de decisão.

Entre as convidadas confirmadas estão:

Leninha, deputada estadual e 1ª vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Dra. Camila Lima, advogada e presidente da Comissão da Mulher da OAB Montes Claros;

Luciana Schettini, empresária e presidente do Instituto LS;

Júnia Bezerra, gerente regional do Trabalho vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego;

Maria Helena, vereadora em Montes Claros e presidente da Comissão da Mulher e da Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal;

Priscila Batista, secretária municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia.

Durante o debate, as participantes devem abordar temas como políticas públicas voltadas às mulheres, combate às desigualdades de gênero, participação feminina na liderança e garantia de direitos.

Saúde e bem-estar também estarão em pauta

A segunda roda de conversa terá como tema “Protagonismo na Saúde da Mulher”, com foco no cuidado integral da saúde física, emocional e mental feminina.

Participarão do debate: Bárbara Villanni, psicóloga e administradora com atuação em desenvolvimento humano;

Déborah Jardim, psicóloga e terapeuta sistêmica;

Dra. Andreia Castro, médica psiquiatra especialista em saúde da família e saúde coletiva;

Dra. Gabriella Reis, ginecologista e obstetra com atuação em saúde integral da mulher.

A proposta é discutir aspectos relacionados ao equilíbrio emocional, saúde mental, cuidados preventivos, qualidade de vida e autonomia feminina, temas cada vez mais presentes nas discussões sobre bem-estar.

Programação inclui interação e momentos de confraternização

Além das rodas de conversa, o evento contará com sorteio de brindes, distribuição de mimos e um coquetel de confraternização para as participantes.

A proposta é tornar o encontro não apenas um espaço de debate, mas também de integração, acolhimento e celebração da força feminina, reunindo mulheres de diferentes profissões, faixas etárias e áreas de atuação.

Valorização da mulher no comércio

O evento também reforça a importância da presença feminina no setor do comércio, uma área em que as mulheres têm ampliado significativamente sua participação nas últimas décadas.

Para os organizadores, iniciativas como o “Mês das Mulheres” contribuem para estimular o protagonismo feminino, fortalecer redes de apoio e ampliar o debate sobre igualdade de oportunidades, tanto no ambiente profissional quanto na sociedade.

A expectativa é que a quarta edição consolide ainda mais o evento como um dos principais encontros voltados à valorização da mulher na região Norte de Minas.

Com entrada gratuita e programação diversificada, o encontro pretende reunir centenas de participantes em uma noite dedicada à reflexão, aprendizado e celebração do papel das mulheres na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Montes Claros decreta situação de emergência após fortes chuvas causarem danos em diversas áreas da cidade



A Prefeitura de Montes Claros decretou situação de emergência em decorrência das fortes chuvas que atingiram o município no final de fevereiro e provocaram diversos prejuízos à infraestrutura urbana e a residências. A medida foi oficializada por meio do Decreto Municipal nº 5.222, publicado em 9 de março de 2026, e permite que o poder público adote ações emergenciais para minimizar os impactos do desastre e acelerar os trabalhos de recuperação das áreas afetadas.

De acordo com informações da Defesa Civil municipal, o decreto foi motivado pelo intenso volume de chuvas registrado entre a noite do dia 27 e a madrugada do dia 28 de fevereiro. Nesse período, foram contabilizados cerca de 117 milímetros de precipitação em apenas 10 horas ininterruptas. O episódio ocorreu após um período de 11 dias consecutivos de chuvas, o que contribuiu para a saturação do solo

e agravou os efeitos da tempestade.

Danos em residências e infraestrutura urbana

Segundo o relatório técnico elaborado pelos órgãos municipais, o alto volume de água provocou uma série de transtornos em diferentes regiões da cidade. Com o solo já encharcado e a umidade acumulada nas estruturas, diversos imóveis apresentaram danos estruturais, como infiltrações intensas, comprometimento de paredes e telhados e risco de desabamento.

A situação resultou em moradores desalojados e também em famílias que precisaram deixar suas casas devido aos riscos à segurança. Além disso, foram registrados danos materiais em bens públicos e privados.

Entre os impactos identificados pelas equipes técnicas estão prejuízos em vias públicas, rompimentos

ou avarias em redes de água e esgoto, além de problemas estruturais em equipamentos públicos.

Outro ponto crítico foi o transbordamento de canais de drenagem em algumas áreas da cidade, agravado pelo volume de água que excedeu a capacidade de escoamento da rede pluvial.

Estrutura do Rio Vicira também foi afetada

A força das chuvas também causou danos em estruturas de contenção e canalização do Rio Vieira, um dos principais cursos d'água que atravessam o município. Parte da estrutura de concreto utilizada para direcionar as águas do rio sofreu destruição durante o evento climático, o que demandará intervenções de recuperação por parte do poder público.

Esse tipo de dano estrutural exige análises técnicas detalhadas para garantir a segurança das áreas

próximas e evitar novos problemas em períodos de chuvas intensas.

Mobilização de órgãos municipais

Com a decretação da situação de emergência, fica autorizada a mobilização de todos os órgãos e entidades da administração municipal para atuar de forma integrada nas ações de resposta ao desastre.

As operações serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Defesa Civil, responsável por organizar o atendimento às famílias afetadas, realizar vistorias técnicas em imóveis e planejar as medidas de reabilitação das áreas atingidas.

Entre as ações previstas estão o atendimento emergencial à população, a recuperação de estruturas públicas danificadas, a limpeza de áreas afetadas por enxurradas e o restabelecimento de serviços essenciais.

Base técnica para o decreto

A decisão de decretar situação de emergência foi fundamentada em relatórios técnicos elaborados por diferentes setores da administração municipal. Entre os documentos utilizados estão o Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e a Declaração Municipal de Atuação Emergencial (DMATE), instrumentos oficiais utilizados para registrar e avaliar ocorrências desse tipo.

Também foi considerado o Parecer Técnico nº 001/2026 emitido pelo coordenador municipal de Proteção e Defesa Civil, que analisou os impactos do evento climático e recomendou a adoção de medidas emergenciais.

Esses documentos são essenciais para comprovar a gravidade da situação e permitir que o município tenha acesso a mecanismos legais de resposta rápida em casos de desastre.

Medidas emergenciais e dispensa de licitação

Com o reconhecimento da situação de emergência, a prefeitura passa a ter respaldo legal para adotar procedimentos administrativos mais ágeis na contratação de serviços e aquisição de materiais necessários para a recuperação das áreas afetadas.

A medida está amparada pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, que trata das normas de licitações e contratos administrativos. A legislação permite a dispensa de licitação para contratação de obras, serviços e compras diretamente relacionados ao atendimento da emergência.

No entanto, essas contratações devem obedecer a critérios espe-

cíficos. Os serviços e obras emergenciais precisam estar diretamente vinculados às ações de resposta ao desastre e de reconstrução das áreas atingidas, além de ter prazo máximo de execução de 180 dias consecutivos e ininterruptos a partir da caracterização da emergência.

A legislação também estabelece que esses contratos não podem ser prorrogados após esse período.

Trabalho de recuperação

A decretação da situação de emergência representa um passo importante para agilizar os trabalhos de recuperação da cidade. A partir dessa medida, a administração municipal poderá mobilizar recursos técnicos e operacionais com maior rapidez para atender as demandas geradas pelas chuvas.

Nos próximos dias, as equipes da Defesa Civil e de outras secretarias continuarão realizando levantamentos nas áreas afetadas para identificar novos pontos de risco e orientar a população sobre medidas de segurança.

A prefeitura também deve intensificar as ações de limpeza urbana, desobstrução de bueiros, recuperação de vias danificadas e reparos em estruturas comprometidas.

Enquanto isso, a orientação das autoridades é para que a população permaneça atenta aos alertas meteorológicos e informe à Defesa Civil qualquer situação de risco, como rachaduras em imóveis, deslizamentos de terra ou alagamentos.

Com as medidas emergenciais em vigor, o município busca reduzir os impactos provocados pelas chuvas recentes e restabelecer, o mais rápido possível, as condições de normalidade nas áreas atingidas.

Montes Claros realiza 11ª Pré-Conferência da Pessoa com Deficiência nesta quarta-feira na Câmara Municipal

A Prefeitura de Montes Claros promove, nesta quarta-feira (11), a 11ª Pré-Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O encontro será realizado das 7h30 às 11h30, na Câmara Municipal de Montes Claros, e integra a etapa preparatória para a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, marcada para os dias 22, 23 e 24 de abril.

A iniciativa é organizada pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e tem como objetivo ampliar o diálogo com a sociedade, ouvir as demandas das pessoas com deficiência e construir propostas que contribuam para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão.

Durante o encontro, representantes da sociedade civil, pessoas com deficiência, familiares, profissionais da área, entidades e gestores públicos terão a oportunidade de debater o tema central do processo conferencial: "Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos da Pessoa com Deficiência".

Espaço de escuta e construção de propostas

As pré-conferências têm papel fundamental no processo democrático de construção de políticas públicas. Esses encontros funcionam como espaços de escuta ativa da população, permitindo identificar desafios enfrentados no cotidiano das pessoas com deficiência e apontar caminhos para ampliar a inclusão social.

Durante a atividade, os participantes poderão apresentar sugestões, discutir propostas e compartilhar experiências relacionadas à acessibilidade, saúde, educação, trabalho, mobilidade urbana e garantia de direitos.

As contribuições levantadas nesta etapa serão sistematizadas e encaminhadas para debate na Conferência Municipal, que reunirá delegados e

representantes de diferentes segmentos da sociedade para definir prioridades e diretrizes para os próximos anos.

Segundo o secretário municipal de Saúde de Montes Claros, Eduardo Luiz da Silva, a pré-conferência é um momento estratégico para fortalecer a participação social.

"A Pré-Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é uma etapa preparatória essencial, focada em mobilizar a sociedade, levantar demandas locais e elaborar propostas sobre o cenário atual e futuro na implementação dos direitos. Esse encontro antecede a conferência principal, garantindo a participação social e a construção de políticas públicas inclusivas", destacou o secretário.

Participação aberta à população

A organização do evento informa que qualquer pessoa interessada pode participar da pré-conferência. Não é necessário realizar inscrição prévia, o que amplia as possibilidades de participação popular e incentiva o envolvimento de diferentes setores da comunidade.

A expectativa é reunir representantes de instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, conselhos de direitos, profissionais da área da saúde, educação e assistência social, além de pessoas com deficiência e seus familiares.

A participação ativa da sociedade é considerada essencial para que as políticas públicas reflitam as necessidades reais da população e contribuam para a construção de uma cidade mais acessível e inclusiva.

Conferência municipal acontece em abril

A realização da pré-conferência integra o processo de mobilização para a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, programa da para os dias 22, 23 e 24 de abril,

também em Montes Claros.

Durante a conferência principal, serão debatidas e aprovadas propostas que poderão orientar a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas voltadas à garantia de direitos e à promoção da inclusão social.

Além disso, o evento também poderá eleger delegados que representarão o município em etapas posteriores do processo conferencial, ampliando a participação local em discussões estaduais e nacionais sobre o tema.

Legislação garante direitos e inclusão

No Brasil, a inclusão das pessoas com deficiência é assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei nº 13.146/2015), considerada um marco na consolidação de direitos e no combate à discriminação.

A legislação estabelece princípios e diretrizes voltados à eliminação de barreiras físicas, atitudinais, tecnológicas e de comunicação, garantindo igualdade de oportunidades e participação plena na sociedade.

Entre os direitos assegurados pela lei estão o acesso à educação inclusiva, oportunidades no mercado de trabalho — incluindo a política de cotas —, acessibilidade em espaços públicos e privados, além de benefícios assistenciais como o auxílio-inclusão.

Nesse contexto, encontros como as pré-conferências e conferências municipais desempenham papel importante na avaliação das políticas existentes e na formulação de novas estratégias para ampliar a inclusão e promover a cidadania plena das pessoas com deficiência.

Com a realização da 11ª Pré-Conferência Municipal, Montes Claros reforça o compromisso com a participação social e com a construção coletiva de políticas públicas que garantam mais acessibilidade, respeito e igualdade de direitos para todos.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE de Montes Claros

22, 23 e 24 de abril de 2026

Brasil das Brasileiras e dos Brasileiros:

SUS e Soberania

Cuidar do Povo é Cuidar do Brasil!

Pré-Conferência

Prestadores de Serviço e PCDs

11 de março

07:30h às 11:30h

na Câmara Municipal

(Rua Urbino Viana, 600, Vila Guilhermina)

Prefeitura intensifica limpeza de bueiros e galerias pluviais para evitar alagamentos em Montes Claros



A Prefeitura de Montes Claros intensificou as ações de limpeza e manutenção do sistema de drenagem urbana com o objetivo de reduzir riscos de alagamentos durante o período chuvoso. Nesta semana, equipes da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos realizaram uma operação de desobstrução de bocas-de-lobo e galerias pluviais na região central da cidade, especialmente no entorno da Praça de Esportes, um dos pontos de maior circulação de pedestres e veículos.

A ação faz parte de um trabalho contínuo de manutenção preventiva que vem sendo realizado em diferentes bairros do município. O objetivo é garantir que a água das chuvas consiga escoar de forma adequada pela rede de drenagem, evitando transtornos à população e prejuízos ao trânsito urbano.

Durante os serviços executados na área central, as equipes removeram grandes quantidades de lixo e entulho acumulados nas galerias pluviais. Os resíduos, muitas vezes descartados de forma irregular nas ruas, acabam sendo levados pela chuva até os bueiros, provocando entupimentos e comprometendo o funcionamento do sistema de drenagem.

Com a retirada do material acumulado, as bocas-de-lobo voltaram a ficar desobstruídas, permitindo que a água da chuva seja direcionada corretamente para a rede pluvial. Segundo a Secretaria de Serviços Urbanos, a manutenção preventiva é essencial para minimizar problemas recorrentes de alagamento, especialmente em áreas com maior fluxo de água durante temporais.

Trabalho contínuo de limpeza urbana

A operação realizada na região da Praça de Esportes integra um conjunto de ações que vêm sendo executadas simultaneamente em diferentes pontos da cidade. Diversas equipes estão espalhadas por Montes Claros realizando serviços de capina, varrição, retirada de entulhos e limpeza de bocas-de-lobo.

O trabalho busca manter a cidade mais limpa e, ao mesmo tempo, garantir o bom funcionamento da infraestrutura urbana, especialmente da rede de drenagem responsável por conduzir a água das chuvas.

Dados da Secretaria de Serviços Urbanos mostram a dimensão desse esforço. Apenas em 2025, foram realizadas a limpeza e a manutenção de

1.516 bocas-de-lobo em Montes Claros. Ao todo, foram retirados desses locais cerca de 246.648 quilos de resíduos, entre lixo doméstico, restos de construção civil, plásticos, garrafas e outros materiais descartados de forma inadequada.

Esses números evidenciam a grande quantidade de resíduos que acabam sendo levados para o sistema de drenagem urbana e reforçam a importância da conscientização da população sobre o descarte correto do lixo.

Descarte irregular é principal causa de entupimentos

De acordo com a Secretaria de Serviços Urbanos, grande parte dos entupimentos nas galerias pluviais ocorre devido ao descarte irregular de resíduos nas vias públicas. Materiais como sacolas plásticas, garrafas PET, embalagens e restos de construção civil acabam sendo arrastados pela chuva e acumulados nos bueiros.

Esse acúmulo de lixo impede o escoamento adequado da água e aumenta o risco de alagamentos em ruas e avenidas, principalmente durante chuvas mais intensas.

Outro problema recorrente é o

hábito de deixar sacos de lixo expostos por muito tempo nas calçadas antes do horário da coleta. Em dias chuvosos, esses resíduos podem ser levados pela água até as bocas-de-lobo, contribuindo para o entupimento do sistema de drenagem.

Por isso, a administração municipal reforça que a colaboração da população é fundamental para manter os bueiros limpos e garantir a eficiência das ações de manutenção realizadas pela prefeitura.

Uso correto dos pontos de descarte

Uma das alternativas disponibilizadas pelo município para evitar o descarte irregular de resíduos é o chamado “Ponto Certo”, espaço destinado ao recebimento de pequenos volumes de entulho e materiais volumosos.

A unidade funciona na Avenida Major Alexandre Rodrigues, no bairro Ibituruna, e permite que moradores realizem gratuitamente o descarte de até um metro cúbico de resíduos como podas de plantas, restos de construção civil, móveis antigos, colchões, pneus e outros materiais de grande volume.

A utilização desse espaço con-

tribui diretamente para reduzir o descarte irregular em vias públicas e terrenos baldios, ajudando a preservar a limpeza urbana e a evitar o entupimento das galerias pluviais.

Já o lixo doméstico deve ser descartado normalmente por meio do sistema de coleta regular da cidade, respeitando os dias e horários estabelecidos para cada região.

Denúncias ajudam na fiscalização

A Prefeitura também orienta que a população denuncie casos de descarte irregular de entulhos em áreas públicas. As denúncias podem ser feitas por meio do site da Secretaria de Serviços Urbanos, no endereço ssu.montesclaros.mg.gov.br, na seção destinada especificamente ao registro de denúncias.

Esse canal é considerado o meio preferencial para comunicação com o poder público, pois gera um protocolo de atendimento. Com isso, o cidadão pode acompanhar o andamento da solicitação e verificar as providências adotadas pela equipe de fiscalização.

A administração municipal destaca que a participação da comunidade é essencial para combater práticas

irregulares que prejudicam a limpeza da cidade e comprometem o funcionamento da infraestrutura urbana.

Prevenção contra alagamentos

Com a intensificação das ações de limpeza e manutenção, a Prefeitura busca minimizar os impactos das chuvas e garantir maior segurança à população. A desobstrução de bueiros e galerias pluviais é considerada uma das medidas mais importantes para prevenir alagamentos, especialmente em áreas urbanas com grande concentração de impermeabilização do solo.

Além das intervenções diretas no sistema de drenagem, a conscientização da população sobre o descarte adequado de resíduos continua sendo um fator decisivo para manter a cidade limpa e evitar problemas recorrentes durante o período chuvoso.

Com equipes atuando em diferentes regiões, o município pretende ampliar o trabalho de manutenção ao longo do ano, garantindo melhores condições de escoamento da água da chuva e contribuindo para a qualidade de vida dos moradores de Montes Claros.

Conservatório Lorenzo Fernandez celebra 65 anos com programação cultural gratuita no Parque Municipal

A música será protagonista de uma grande celebração cultural em Montes Claros neste mês de março. O Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez, uma das mais tradicionais instituições de ensino musical do Norte de Minas, comemora 65 anos de história com uma programação especial aberta ao público. Com apoio da Prefeitura de Montes Claros, o evento “Domingo no Parque” será realizado no próximo domingo, 15 de março, no Parque Municipal Milton Prates.

A iniciativa promete transformar o espaço em um grande palco cultural ao ar livre, reunindo música, teatro e dança ao longo de todo o dia. A programação começa às 9h30 e seguirá até o fim da tarde, oferecendo ao público apresentações variadas e gratuitas que celebram a trajetória da instituição responsável por formar gerações de músicos na região.

O evento é um convite para que famílias, estudantes, amantes da música e visitantes aproveitem o domingo em meio à natureza, acompanhando apresentações que destacam diferentes estilos musicais e manifestações artísticas. A proposta é unir lazer, cultura e história em um ambiente de convivência e valorização da arte.

Música, dança e teatro ao longo do dia

A abertura oficial da programação será marcada pela apresentação da Orquestra Sinfônica do conservatório, às 9h30. O espetáculo deve reunir professores e alunos da instituição em uma performance que simboliza a importância da formação musical desenvolvida ao longo das décadas.

Após a abertura, a programação segue com apresentações de grupos e artistas que representam diferentes vertentes da música instrumental e popular.

Às 11h, o público poderá acompanhar o show do Pequii Trio, grupo que traz repertório marcado por influências da música brasileira

e instrumental. Logo depois, ao meio-dia, será a vez da apresentação de flauta doce, instrumento que possui forte presença na formação musical de estudantes iniciantes e que se tornou um dos símbolos da educação musical básica.

A programação cultural também inclui teatro. Às 13h, o público assistirá a uma apresentação teatral, ampliando o caráter multidisciplinar do evento e reforçando o diálogo entre música e artes cênicas.

No período da tarde, as apresentações continuam com o artista Bezzi, às 14h, seguido pelo tradicional Grupo de Choro, às 15h, trazendo ao parque um dos gêneros mais representativos da música brasileira.

O encerramento da programação está previsto para as 16h, com uma apresentação de Flash Dance, que promete animar o público e fechar o dia de celebrações com energia e interação.

Celebração da história musical da cidade

A comemoração dos 65 anos do Conservatório Lorenzo Fernandez também é uma oportunidade de recordar a história da instituição, que se tornou referência na formação musical no Norte de Minas.

Fundado em 14 de março de 1961, o conservatório iniciou suas atividades em uma casa localizada na Rua Dr. Veloso, no centro de Montes Claros. Na época, a estrutura era simples e mantida graças à colaboração de pessoas da comunidade que acreditavam na importância da educação musical.

Instrumentos, mesas, carteiras e até um filtro de água foram doados ou emprestados por moradores da cidade. Muitos professores atuavam de forma voluntária, sem receber remuneração, enquanto alguns alunos contribuíam com pequenas quantias para ajudar na manutenção das atividades.

Apesar das dificuldades iniciais, o projeto

educacional foi se consolidando e ganhando reconhecimento na cidade.

Estadualização e expansão

Em março de 1962, apenas um ano após sua fundação, o conservatório foi estadualizado, o que garantiu maior estrutura administrativa e permitiu ampliar o atendimento a estudantes interessados na formação musical.

Com o crescimento do número de alunos, tornou-se necessário buscar um espaço maior para as atividades pedagógicas. A instituição então foi transferida para um novo endereço, também na Rua Dr. Veloso, ocupando uma sede própria obtida por meio da troca de um terreno adquirido junto aos sócios proprietários do antigo Clube Montes Claros, que funcionava naquele local.

Essa mudança marcou uma nova fase de expansão e consolidação do conservatório como centro de formação artística.

Formação cultural e novos cursos

Atualmente, o Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez funciona em sede própria no bairro Jardim São Luiz. A instituição oferece cursos de musicalização infantil, educação musical e formação técnica em diversas áreas ligadas à música.

Entre as formações disponíveis estão cursos técnicos de instrumento musical e canto, além de outras áreas criativas como design de interiores, ampliando o campo de atuação cultural e profissional para os estudantes.

Ao longo das últimas décadas, o conservatório se tornou um verdadeiro celeiro de talentos, formando músicos, professores e artistas que atuam em diferentes segmentos culturais em Montes Claros e em outras regiões do país.

Cultura ao ar livre

Vem aí....
Uma programação imperdível!!!

CONSERVATÓRIO ESTADUAL DE MÚSICA

65 ANOS
Lorenzo Fernandez
CENTRO INTERANTES

LOCAL: PARQUE MUNICIPAL MILTON PRATES

DOMINGO | 15 | MARÇO

REALIZAÇÃO: CONSERVATÓRIO LORENZO FERNANDEZ

APOIO: PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Prefeitura de Montes Claros abre licitação para concessão de lanchonete no prédio da nova sede administrativa

A Prefeitura de Montes Claros iniciou um processo de licitação para conceder o uso de um espaço destinado à instalação e funcionamento de um restaurante e lanchonete no prédio da nova sede administrativa do município. A iniciativa tem como objetivo oferecer mais comodidade e estrutura para os servidores públicos, além de atender também visitantes e cidadãos que frequentam diariamente o local em busca de serviços públicos.

O espaço disponibilizado para concessão possui área total de 211,70 metros quadrados, sendo 143,5 metros quadrados destinados ao salão principal, onde deverá funcionar o atendimento ao público. O local foi planejado para receber um estabelecimento voltado à comercialização de refeições e lanches, oferecendo alimentação prática e acessível dentro do próprio complexo administrativo da prefeitura.

Atendimento a servidores e público em geral

A implantação da lanchonete surge a partir da necessidade identificada pela administração municipal de oferecer um ponto de alimentação dentro da nova estrutura da prefeitura, que atualmente concentra grande número de servidores e recebe diariamente centenas de pessoas.

De acordo com a Secretaria Municipal de Administração, cerca de 1.200 servidores municipais trabalham no prédio da nova prefeitura, além de cidadãos que se dirigem ao local para resolver questões administrativas, participar de reuniões ou buscar atendimento em diferentes setores do governo municipal.

Com a instalação do restaurante e da lanchonete, a expectativa é

facilitar o acesso a refeições rápidas e de qualidade, evitando que servidores e visitantes precisem se deslocar para outros pontos da cidade durante o horário de expediente.

Funcionamento previsto
O estabelecimento deverá funcionar de segunda a sexta-feira, das 7 às 18 horas, atendendo principalmente ao público interno da administração municipal, mas também aberto à população que circula pelo prédio.

Durante todo o período de funcionamento deverão ser oferecidos lanches variados, incluindo salgados assados e fritos, bolos, biscoitos e outros itens típicos de lanchonete.

Já no horário do almoço, entre 11 e 14 horas, o restaurante deverá disponibilizar refeições completas em diferentes modalidades, como self-service por quilo, prato feito e marmite, ampliando as opções para quem trabalha ou visita o local.

O edital estabelece ainda um limite para o valor da alimentação. O preço do serviço self-service não poderá ultrapassar R\$ 48,21 por quilo, medida que busca garantir que os produtos sejam comercializados a preços acessíveis para os servidores e usuários dos serviços públicos.

Processo de licitação será eletrônico

A escolha da empresa responsável pela exploração do espaço será realizada por meio de processo licitatório, que ocorrerá em formato eletrônico. A sessão pública para recebimento e análise das propostas está marcada para o dia 24 de março, a partir das 9 horas.

Poderão participar da licitação empresas interessadas que este-



jam devidamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e também no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível na plataforma digital www.gov.br/compras

O modelo eletrônico segue as diretrizes atuais de modernização das compras públicas, permitindo maior transparência, competitividade e participação de empresas de diferentes regiões.

Visita técnica ao espaço

Empresas interessadas em participar do processo poderão realizar visitas técnicas ao espaço que será concedido para a instalação da lanchonete. A visita é recomendada para que os participantes conheçam as características do local e possam planejar melhor suas propostas comerciais e operacionais.

Para agendar a visita, os interessados devem entrar em contato com a

Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 24 horas. O agendamento pode ser feito pelos telefones (38) 2211-4783 e (38) 2211-4660, ou ainda pelo e-mail gerenciaadministrativa@montesclaros.mg.gov.br

Concessão terá duração de cinco anos

De acordo com o edital, a concessão de uso do espaço terá prazo inicial de cinco anos, contados a partir da assinatura do contrato com a empresa vencedora da licitação.

Esse período poderá ser prorrogado por mais cinco anos, desde que haja interesse público e conveniência administrativa, conforme avaliação da prefeitura.

O modelo de concessão permite que o espaço seja utilizado por empresa privada para exploração comercial, enquanto o município mantém a propriedade do imóvel e

estabelece regras para garantir a qualidade do serviço prestado.

Estrutura voltada ao bem-estar no ambiente de trabalho

A criação de um espaço destinado à alimentação dentro do prédio da nova prefeitura também integra uma proposta mais ampla de melhoria da infraestrutura e das condições de trabalho dos servidores municipais.

Ambientes administrativos de grande porte costumam demandar serviços de apoio, como restaurantes, cafeterias e áreas de convivência, que contribuem para maior conforto e praticidade no dia a dia dos trabalhadores.

Além disso, a presença de uma lanchonete no local também beneficia os cidadãos que procuram atendimento nos setores da prefeitura, oferecendo uma alternativa

rápida de alimentação durante o tempo de permanência no prédio.

Edital está disponível para consulta

Todas as regras, exigências técnicas e critérios de participação estão descritos no edital do processo licitatório, que já se encontra disponível para consulta pública.

Empresários interessados podem acessar o documento completo por meio do portal oficial da Prefeitura de Montes Claros, onde estão detalhadas as condições da concessão, os requisitos para participação e as especificações do espaço físico que será disponibilizado.

Com a iniciativa, a administração municipal busca ampliar a estrutura de serviços oferecidos na nova sede administrativa, garantindo mais comodidade tanto para os servidores quanto para a população que utiliza os serviços públicos diariamente.

O CÂNCER DE INTESTINO PODE SER EVITADO COM O DIAGNÓSTICO PRECOCE.

Colonoscopia
R\$ 550,00

Endoscopia
R\$ 350,00

CUIDAR DA SUA SAÚDE, NUNCA FOI TÃO ACESSÍVEL.

38 3229.2000 | **SANTA CASA**
MONTES CLAROS



MONTES CLAROS

Polícia Militar apreende menor e substâncias semelhantes a drogas

A Polícia Militar de Minas Gerais, por meio de sua 11ª RPM, apreendeu, nessa segunda-feira (9), no bairro Conferência Cristo Rei, em Montes Claros, um menor suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas.

Durante patrulhamento, uma guarnição do Choque recebeu informações de que indivíduos estariam realizando tráfico de drogas na Rua Caçarema, em uma casa abandonada.

Ao se aproximarem do endereço, os militares visualizaram um indivíduo com as características repassadas na denúncia, em via pública, segurando uma sacola e demonstrando comportamento inquieto. Ao perceber a presença policial, o suspeito fugiu para o interior do imóvel abandonado e, em

seguida, pulou o muro dos fundos, sendo perseguido pelos policiais.

Durante a fuga, o suspeito pulou diversos muros pelo quarteirão, atravessou a linha férrea e correu em direção ao bairro Vera Cruz, sendo alcançado em um lote na Rua Demerval Campos, onde foi contido e abordado.

Na busca pessoal, os militares localizaram, no bolso traseiro da bermuda do suspeito, uma sacola contendo cinco tabletes e 30 buchas de substância semelhante a maconha, 15 pinos de substância semelhante a cocaína e a quantia de R\$ 162,00 em dinheiro.

Após a abordagem, os policiais retornaram ao imóvel abandonado indicado na denúncia e realizaram buscas no local, porém nada de ilícito foi encontrado.

Durante as diligências, a guarnição recebeu nova informação da rede colaborativa de que um indivíduo teria arremessado um objeto semelhante a uma arma de fogo próximo à linha férrea e fugido em direção ao interior do aglomerado. No local indicado, os militares encontraram um revólver calibre .38, carregado com três munições, além de uma sacola contendo 206 pedras de substância semelhante a crack.

O material foi apreendido e o menor suspeito, de 14 anos, foi encaminhado à delegacia de plantão, acompanhado de sua responsável legal, para as demais providências da autoridade policial. Os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente foram garantidos durante todo o procedimento.



Polícia Militar prende suspeita de roubo



A Polícia Militar de Minas Gerais, por meio de sua 11ª RPM, prendeu, na madrugada desta terça-feira (10), no bairro Sagrada Família, em Montes Claros, uma mulher suspeita de roubo.

Durante patrulhamento pela Avenida Cula Mangabeira, em frente ao Hospital Universitário Clemente de Faria, uma guarnição foi acionada por uma mulher que estava chorando. Em contato com os militares, a vítima, de 43 anos, relatou que estava em um bar quando conheceu uma mulher e ambas passaram a consumir bebidas alcoólicas no local. Ao decidir ir embora, a suspeita passou a segui-la.

Segundo a vítima, ao passarem em frente ao IPSEMG, a suspeita se-

gurou seu braço com força, sacou um facão e, mediante grave ameaça, roubou uma bolsa azul contendo dois aparelhos celulares, itens de higiene pessoal, uma peça de roupa e R\$ 150,00 em dinheiro. A vítima também informou as características da suspeita e as roupas que ela usava no momento do crime.

De posse das informações, equipes policiais iniciaram buscas nas imediações. Durante rastreamento pela Avenida Deputado Esteves Rodrigues, os militares visualizaram uma mulher com as mesmas características descritas. Ao perceber a aproximação da viatura, a suspeita deitou-se no chão junto com um terceiro indivíduo, aparentemente tentando evitar a abordagem.

Durante a busca, os policiais encontraram em uma sacola plástica que estava com a suspeita dois aparelhos celulares, sendo um deles de cor vermelha, além de R\$ 7,05 em dinheiro. Questionada sobre a origem dos objetos, a suspeita preferiu permanecer em silêncio.

Posteriormente, a vítima foi chamada ao local e reconheceu os celulares, os objetos pessoais e o facão utilizado na ameaça. Após contato com a delegacia de plantão, os policiais foram orientados a restituir os bens recuperados à vítima.

Diante dos fatos, a suspeita, de 31 anos, foi presa e encaminhada à delegacia de plantão para as providências da autoridade policial.

Polícia Militar salva bebê de 20 dias engasgado durante patrulhamento em Gouveia

Uma rápida intervenção da Polícia Militar de Minas Gerais evitou uma tragédia na noite desta segunda-feira (9), na cidade de Gouveia, na região Central do estado. Um recém-nascido de apenas 20 dias de vida foi salvo após se engasgar e apresentar sinais de asfixia dentro de casa. A ação foi realizada por militares do 3º Batalhão da Polícia Militar, que prestaram socorro imediato à criança.

De acordo com informações da corporação, os policiais realizavam patrulhamento preventivo no bairro Capelinha quando foram surpreendidos por uma mulher em frente à sua residência. Em estado de grande desespero, ela informou que o bebê havia se engasgado, possivelmente após ser amamen-

tado, e estava apresentando cianose — coloração arroxeada da pele causada pela falta de oxigenação — além de sinais de desfalhecimento.

Diante da gravidade da situação, os militares agiram rapidamente e iniciaram os procedimentos de primeiros socorros ainda no local.

Manobra de emergência salvou a criança

Os policiais realizaram imediatamente a manobra de Heimlich adaptada para recém-nascidos, técnica de desobstrução das vias aéreas indicada para casos de engasgamento em bebês. O procedimento consiste em movimentos específicos de compressão e estímulo nas

costas da criança para liberar o fluxo de ar e remover o objeto ou líquido que esteja bloqueando a respiração.

Após a aplicação da manobra, os militares conseguiram desobstruir as vias respiratórias do bebê, permitindo que ele voltasse a respirar normalmente.

Com a situação estabilizada, a criança foi rapidamente encaminhada pelos policiais ao Hospital Doutor Aureliano Brandão, unidade de saúde da cidade, onde recebeu atendimento da equipe médica de plantão.

No hospital, o recém-nascido passou por avaliação clínica e pelos procedimentos necessários para garantir que não houvesse complicações decorrentes do epi-

sódio.

Pronta resposta foi decisiva

A atuação rápida e o preparo técnico dos policiais militares foram determinantes para o desfecho positivo da ocorrência. Em situações de engasgamento, especialmente em recém-nascidos, cada segundo é crucial, pois a falta de oxigenação pode provocar consequências graves.

A ocorrência reforça a importância da capacitação contínua dos policiais militares, que frequentemente recebem treinamento em primeiros socorros e técnicas de atendimento pré-hospitalar para situações de emergência.

Além das atividades de seguran-

ça pública, a corporação também desempenha papel fundamental no atendimento de ocorrências que envolvem risco à vida, como acidentes, emergências médicas e situações de socorro imediato à população.

Importância do conhecimento em primeiros socorros

Casos de engasgamento em bebês são relativamente comuns, principalmente nos primeiros meses de vida, quando o sistema digestivo e respiratório ainda está em desenvolvimento. Muitas vezes, o episódio ocorre durante ou logo após a amamentação.

Especialistas destacam que co-

nhecer técnicas básicas de primeiros socorros, como a manobra de desengasgo para bebês, pode ser fundamental para evitar consequências mais graves até a chegada de atendimento especializado.

No caso ocorrido em Gouveia, a presença da Polícia Militar nas proximidades e a rápida reação dos policiais fizeram toda a diferença para salvar a vida do recém-nascido.

A criança permaneceu sob cuidados médicos após o atendimento inicial, enquanto a família recebeu orientações da equipe de saúde. O episódio terminou com alívio e gratidão por parte dos familiares, que reconheceram a importância da ação rápida dos militares para preservar a vida do bebê.

Polícia Militar prende suspeito por tráfico de drogas durante operação em Corinto

A Polícia Militar prendeu um jovem de 21 anos suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas na tarde de segunda-feira (9), no município de Corinto, na região Central de Minas Gerais. A ação ocorreu durante uma operação de batida policial, realizada com o objetivo de intensificar o combate à criminalidade e reforçar a segurança na cidade.

De acordo com informações da Polícia Militar, por volta das 18 horas, as equipes realizavam patrulhamento preventivo quando receberam uma denúncia anônima relatando que um indivíduo estaria realizando a venda de entorpecentes em via pública. A partir das características repassadas, os militares passaram a intensificar as buscas nas imediações.

Durante as diligências, os policiais localizaram um homem que correspondia às informações recebidas. Ao perceber a presença da viatura, o suspeito demonstrou comportamento considerado suspeito, aparentando tentar ocultar algum objeto.

Diante da atitude, os militares realiza-

ram a abordagem e busca pessoal. Durante a verificação, foram encontradas porções de substâncias ilícitas, dinheiro em espécie e uma balança de precisão, material frequentemente associado à prática de comercialização de drogas.

Buscas na residência

Após a abordagem inicial, os policiais deram continuidade à ocorrência e realizaram diligências na residência do suspeito, onde também foram localizadas outras substâncias entorpecentes.

Ao final da ação, os militares apreenderam os seguintes materiais:

02 porções de substância análoga à maconha

01 invólucro contendo substância análoga à cocaína

01 balança de precisão

R\$ 46,75 em dinheiro

Segundo a Polícia Militar, a presença da balança de precisão e a forma de acondicionamento das substâncias reforçam a

suspeita de que o material seria destinado à comercialização.

Suspeito foi encaminhado à delegacia

Diante dos fatos, o jovem recebeu voz de prisão em flagrante por tráfico ilícito de drogas. Ele foi conduzido à Delegacia de Polícia Civil, juntamente com todo o material apreendido, onde a ocorrência foi registrada e ficaram a cargo da autoridade policial as providências legais cabíveis.

A Polícia Militar destacou que a ação faz parte das estratégias permanentes de combate ao tráfico de drogas e à criminalidade, reforçando a importância da colaboração da população por meio de denúncias anônimas, que contribuem para o direcionamento das operações policiais.

A corporação ressalta que denúncias podem ser feitas pelo telefone 181 – Disque Denúncia, garantindo sigilo absoluto das informações.



SESI e SENAI lançam edital de R\$ 6 milhões para projetos de tecnologia e inovação na indústria

Iniciativa apoia empresas mineiras no desenvolvimento de soluções voltadas à automação, segurança e saúde no trabalho



O SESI e o SENAI lançaram nesta segunda-feira (9/3) o edital de tecnologia e inovação, voltado a empresas que buscam soluções ou métodos inovadores para otimizar a produção e proporcionar melhores condições de trabalho aos colaboradores. Ao todo, são R\$ 6 milhões disponíveis para os projetos selecionados no programa. As inscrições e outras informações estão disponíveis neste link.

Iniciativas relacionadas à Indústria 4.0 e à automação industrial estão contempladas no edital. Os demais segmentos incluem treinamento em realidade virtual aplicada à segurança, ergonomia e saúde, inteligência artificial aplicada à se-

gurança e saúde corporativa, plataforma de integração de dados em segurança e saúde corporativa, ergonomia de concepção e distúrbios osteomusculares.

Empresas industriais mineiras de qualquer porte, com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ativo, estão elegíveis para participar do projeto. A seleção dos participantes envolve quatro fases distintas, que incluem inscrição, qualificação das ideias, submissão do plano de projeto, seleção final e contratação. Serão investidos até R\$ 500 mil por projeto, conforme definido no edital, devendo ser observadas as especificidades de cada linha de atuação. Na linha de ino-

vação, as empresas terão 18 meses para executar o projeto; na de tecnologia, 12 meses.

Para o gerente de Educação e Tecnologia do SENAI Minas Gerais, Ricardo Aloysio e Silva, a iniciativa representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a competitividade da indústria mineira. “Ao incentivar projetos em áreas como inteligência artificial aplicada à segurança do trabalho, ergonomia, realidade virtual e automação industrial, o SENAI e o SESI contribuem para que as empresas aumentem sua eficiência, protejam seus colaboradores e avancem na construção de processos mais sustentáveis e inovadores”.

Na mesma direção, a gerente do Centro de Inovação em Ergonomia do SESI, Carla Sirqueira, resalta que o edital é um instrumento importante de apoio à indústria mineira no desenvolvimento de soluções inovadoras em processos, serviços e produtos. “Mais do que fomentar a inovação, o edital incentiva iniciativas que colocam o fator humano no centro das transformações, promovendo ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e produtivos. Inovar com o apoio do SESI é unir tecnologia, competitividade e cuidado com as pessoas”.

Tecnologia e segurança

A empresa Frangos para Assar, de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi uma das contempladas na última edição do projeto, na linha de inovação. De pequeno porte, o empreendimento apresentou o protótipo “AvicTec 4.0”, que será utilizado na higienização de aves fornecidas por abatedouros, conforme explica a veterinária e responsável técnica da empresa, Camila Souza.

A profissional destaca que um dos principais desafios na limpeza das aves está na parte interna do animal, especialmente na região das costelas, que exige repetição de procedimentos manuais com facas, pinças e até as mãos.

Segundo ela, o projeto aprovado consiste no desenvolvimento de um dispositivo automatizado para realizar a higienização de forma mais eficiente e segura. “A ideia é utilizar uma escova rotativa com sensores, aliada a um sistema de água sob pressão e sucção, capaz de se ajustar ao tamanho do frango e aprimorar o processo de limpeza”, afirma.

Para Camila, a solução pode reduzir movimentos repetitivos, acidentes de trabalho e afastamentos de funcionários, além de contribuir para processos mais seguros e alinhados às normas sanitárias em abatedouros, cozinhas industriais e redes de alimentação.

Montes Claros recebe palestra sobre exploração intensiva de pastagem com um dos maiores especialistas do país

Produtores rurais, técnicos e estudantes ligados ao agronegócio terão a oportunidade de participar de um importante evento voltado ao aumento da produtividade pecuária no Norte de Minas. No próximo dia 16 de março de 2026, segunda-feira, às 19 horas, o Parque de Exposições João Alencar Athayde, em Montes Claros, sediará a palestra “Exploração Intensiva de Pastagem”, ministrada pelo professor e consultor Adilson de Paula Almeida Aguiar, considerado uma das maiores referências nacionais e internacionais na área de produção animal a pasto.

O encontro será realizado no Auditório Osmani Barbosa e tem como objetivo principal apresentar estratégias técnicas capazes de maximizar a produção de forragem e elevar a produtividade de carne e leite, por meio de métodos modernos de manejo de pastagens.

A iniciativa busca levar conhecimento prático e atualizado aos produtores da região, contribuindo para o fortalecimento da pecuária regional, uma das atividades econômicas mais importantes do Norte de Minas.

Conhecimento técnico aplicado à realidade do campo

A palestra pretende apresentar soluções técnicas voltadas para a intensificação sustentável da produção pecuária, tema que vem ganhando destaque no setor agropecuário brasileiro. A exploração intensiva de pastagem consiste na utilização de técnicas de manejo que permitem aumentar significativamente a produtividade por hectare, mantendo a qualidade nutricional da alimentação dos animais e reduzindo custos de produção.

Segundo o presidente do Sicoob Credinor, Dario Colares, promover eventos de capacitação técnica é uma forma de apoiar o desenvolvimento da atividade rural e estimular práticas mais eficientes

nas propriedades da região.

Ele destaca que a presença do professor Adilson Aguiar representa uma oportunidade importante para os pecuaristas locais.

“A Credinor tem o compromisso de levar conhecimento técnico de alto nível ao produtor rural da nossa região. Trazer o professor Adilson de Paula para falar sobre exploração intensiva de pastagem é uma oportunidade prática para melhorar produtividade, reduzir custos e tornar a pecuária mais eficiente e sustentável. Nosso objetivo é que os participantes saiam com informações aplicáveis no dia seguinte dentro da fazenda”, afirma.

Conteúdo voltado à produtividade e sustentabilidade

Durante a palestra, serão abordados diversos temas considerados estratégicos para produtores que desejam aumentar a eficiência produtiva da propriedade rural.

Entre os principais assuntos que serão discutidos estão:

- Manejo do solo, com técnicas de adubação e correção para melhorar a fertilidade;
- Escolha de gramíneas adequadas para cada tipo de solo e clima;
- Aumento da taxa de lotação animal por hectare, ampliando a produtividade da área;
- Planejamento do período ideal de pastejo e descanso das pastagens, por meio de sistemas como o pastejo rotacionado ou alternado;
- Controle parasitário, fundamental para garantir a saúde e o desempenho do rebanho;
- Melhoria da oferta de forragem, priorizando pastos com menor teor de talos e maior valor nutricional, o que resulta em melhor ganho de peso dos animais.

A proposta é apresentar métodos que permitam produzir mais utilizando a mesma área, estratégia cada vez mais necessária diante da busca por maior sustentabilidade ambiental e eficiência econômica



na pecuária.

Referência internacional na pecuária a pasto

O palestrante Adilson de Paula Almeida Aguiar é amplamente reconhecido no Brasil e no exterior como um dos principais especialistas em produção pecuária baseada em pastagens.

Desde 1991, ele atua como consultor da empresa CONSUPEC – Consultoria e Planejamento Pecuário, desenvolvendo projetos voltados à pecuária de corte e leite em diferentes regiões do país.

Ao longo de mais de três décadas de atuação, participou da implantação de mais de 340 projetos de pecuária de corte e 45 projetos de pecuária leiteira, contribuindo diretamente para o aumento da produtividade em diversas propriedades rurais brasileiras.

Graduado em Zootecnia pela Faculdade de Zootecnia de Uberaba, o especialista também possui

formação complementar em áreas estratégicas para o setor agropecuário, incluindo:

- Didática do Ensino Superior, pela ABEAS/Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- Solos e Meio Ambiente, pela Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- Manejo de Pastagem na Nova Zelândia, realizado na cidade de Palmerston North, um dos centros mundiais de referência em pecuária a pasto.

Além da atuação como consultor, Adilson Aguiar também se destaca na área acadêmica e na produção de conteúdo técnico. Ele é professor e pesquisador nas áreas de Forragicultura, Pastagem e Nutrição de Ruminantes, além de ser autor de cinco livros, coautor de quatro obras e responsável por 17 vídeos-cursos técnicos voltados ao setor pecuário.

Fortalecimento do agronegócio regional



A realização do evento reforça a importância da capacitação técnica contínua para o desenvolvimento do agronegócio regional. O Norte de Minas possui forte tradição na pecuária, tanto de corte quanto de leite, e iniciativas voltadas à difusão de tecnologias de manejo contribuem para aumentar a competitividade do setor.

A palestra é uma realização conjunta de diversas instituições ligadas ao setor produtivo rural, entre elas:

- Sicoob Credinor
- Sociedade Rural de Montes Claros
- Sindicato Rural de Montes Claros
- FAEMG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais)
- SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural)
- INAES
- Associação dos Criadores de Gado de Corte (ACGC)
- A união dessas entidades de-

monstra o esforço coletivo para fortalecer o agronegócio regional e promover o acesso dos produtores a tecnologias que aumentem a eficiência produtiva.

Inscrições abertas

Os interessados em participar da palestra podem realizar a inscrição antecipadamente por meio do link disponibilizado pela organização.

As inscrições podem ser feitas através do endereço eletrônico: https://pt.surveymonkey.com/r/Palestra_SicoobCredinor

Mais informações também podem ser obtidas pelo telefone 0800 3144.

A expectativa é reunir produtores rurais, técnicos, estudantes e profissionais do agronegócio em uma noite de aprendizado e troca de experiências, contribuindo para impulsionar a pecuária regional com base em conhecimento técnico, inovação e sustentabilidade.

 Otorrinaringologia: 91,7% Pediatria: 65,8% Ginecologia e Obstetria: 93,5% c. Serviço de Assistência Domiciliar (SAD) 31,48% das consultas médicas mensais realizadas no SAD possuem potencial de prevenção de internação, demonstrando alta capacidade de atuação resolutiva no domicílio. O acompanhamento promove estabilização clínica progressiva, inclusive em pacientes de alto risco, com redução da frequência de visitas ao longo do tempo e uso mais racional dos recursos assistenciais. d. Resultados em Pacientes Oncológicos Redução de 54% na taxa de internação por paciente/ano após admissão no SAD. Redução de 55% na taxa de internação quando acompanhamento iniciado precocemente. Redução de 47% no tempo de permanência hospitalar. O serviço também contribui para evitar indicações terapêuticas inadequadas, reduzindo procedimentos desnecessários, judicialização e custos evitáveis. O modelo assistencial implementado pela companhia, através da atuação da Clínica São Lucas Select, contribui diretamente para a redução da sinistralidade, diminuição de internações evitáveis, redução do tempo de permanência hospitalar, melhoria da experiência do beneficiário, maior coordenação do cuidado e sustentabilidade assistencial e financeira da companhia. A contabilidade realizou a adesão ao disposto na Lei 15.265/2025, que instituiu o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp), sendo o patrimônio da operadora, composto pelo prédio comercial, atualmente arrendado para a Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho, com área construída e registrada de 4.989 m2 em terreno de 4.249 m2, avaliado em R\$23.465.489,01, sendo registrada a reavaliação do imóvel em 12/2025, no valor de R\$ 19.802.061,88. Esta atualização resultou em um patrimônio líquido, em 31/12/2025, de R\$ 8.531.418,99, valor este que atende às exigências da ANS quanto ao capital regulatório necessário.	
--	--

 5. Dos índices da operação de planos de saúde exigidos pela ANS Em função das dificuldades do setor de saúde suplementar, conforme relatórios contábeis e da auditoria independente, a companhia em 31/12/2025, não conseguiu atingir alguns dos índices mínimos exigidos pela ANS, conseguindo suprir apenas a necessidade de capital regulatório, ficando suficiente em R\$ 337.671,18 Com relação aos ativos garantidores, a companhia possui em 31/12/2025, um saldo vinculado à ANS de R\$ 7.150.539,98 para garantir o atendimento a seus beneficiários, já concluindo a provisão da PEONA SUS/PIC. A PRONTOCLÍNICA E HOSPITAIS SÃO LUCAS S/A. agradece o apoio e empenho de todos os seus colaboradores, acionistas e em especial aos seus beneficiários, além de todos os profissionais e instituições integrantes da rede de credenciados de serviço em saúde, de fornecedores e prestadores de serviços técnicos e de todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a consecução de seus objetivos no exercício de 2025.	
Montes Claros/MG, 30 de janeiro de 2026.	
Dilson de Quadros Godinho Neto – Presidente	
Thiago Loureiro de Quadros Godinho – Vice-Presidente	

 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS À Diretoria da PRONTOCLÍNICAS E HOSPITAIS SÃO LUCAS S/A Montes Claros - MG Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações contábeis da PRONTOCLÍNICAS E HOSPITAIS SÃO LUCAS S/A, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.	
---	--

Em nossa opinião, exceto pela contido no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PRONTOCLÍNICAS E HOSPITAIS SÃO LUCAS S/A, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva, a saber:

Autuação pela ANS

Em 20/12/24, a operadora recebeu notificação do órgão regulador Agencia Nacional de Saude Suplementar – ANS, através do Ofício ANS-SEI 590-2024, determinando que a PRONTOCLÍNICAS E HOSPITAIS SÃO LUCAS S/A promova a alienação da totalidade da carteira de beneficiários, no prazo de 30 dias corridos.

Com esse procedimento, a operadora fica com sua continuidade operacional comprometida, haja vista que seu principal ativo gerador de receita é sua carteira de beneficiários.

A operadora recorreu à Justiça Federal e em 14/04/25 obteve liminar com a seguinte sentença: Em face do exposto, DEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência, para: a) Suspende imediatamente os efeitos da RO nº 2.954/2024; b) Restabelecer a comercialização de planos pela parte autora; c) Suspende o processo de alienação compulsória da carteira de beneficiários; e d) Determinar que a ANS se abstenha de aplicar sanções ou restrições adicionais, até julgamento definitivo.

Equivalencia Patrimonial

Os investimentos realizados pela operadora nos últimos anos na empresa investida, baixada em 2025, apresentou prejuizos acumulados pelo método da equivalência patrimonial de R\$ (19.856.628,42) até ao exercício de 2025.

Parâmetros econômicos exigidos – Agência Nacional de Saúde:

Em 31 de dezembro de 2025, a Operadora encontra-se enquadrada em parâmetros de capital regulatório exigidos pela Agência Nacional de Saúde – ANS, devido à adesão ao disposto na Lei 15.265/2025 que instituiu o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp), conforme descrito no item 4c das notas explicativas. Como esse procedimeno é vedado pela ANS, a operadora corre o risco desse procedimento não ser aceito pela agencia reguladora.

A operadora encontra-se desenquadrada nos parâmetros de garantias financeiras em 31/12/25.

Ênfase

A Operadora vem demonstrando nos últimos exercícios histórico de prejuizos acumulados, com incerteza relevante sobre sua continuidade operacional.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis, referidas no parágrafo primeiro da seção intitulada “Opinião com ressalva”, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação brasileira, aplicáveis às Entidades que se encontram em regime normal de operação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse

relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2026.



Clássico mineiro movimentado o Brasileiro Feminino

Grupo vai vivenciar experiências que valorizam cultura, gastronomia e natureza do Norte de Minas



A expectativa para mais um capítulo do clássico mineiro no futebol feminino começa a ganhar forma fora das quatro linhas. O Cruzeiro iniciou nesta terça-feira (10) a venda de ingressos para o confronto diante do Atlético, válido pela terceira rodada do Campeonato Brasileiro Feminino A1. A partida está marcada para sábado (14), às 16h, na Arena do Jacaré, em Sete Lagoas, e contará com a presença das torcidas das duas equipes, o que promete ampliar ainda mais o clima de rivalidade e festa nas arquibancadas.

O duelo reúne duas das principais forças do futebol feminino em Minas Gerais e deve atrair grande público ao estádio. A organização definiu valores populares para facilitar o acesso do torcedor: o ingresso custa R\$ 20 a inteira e R\$ 10 a meia-entrada. A iniciativa busca incentivar a presença das famílias e ampliar a visibilidade da modalidade, que vem crescendo em popularidade e investimento no país.

Prioridade para sócios e

venda online

A comercialização dos ingressos começou com prioridade para os sócios do programa 5 Estrelas do Cruzeiro. Os associados podem garantir presença na partida por meio do aplicativo Cruzeiro Nação Azul ou pelo site oficial do programa de sócios. Cada associado pode adquirir até cinco ingressos, todos com valor promocional de R\$ 10.

Já a venda geral para torcedores que não fazem parte do programa será aberta a partir das 18h desta terça-feira (10). Nesse caso, a compra poderá ser feita pelo site ingresso.cruzeiro.com.br, com limite de até cinco ingressos por CPF. A expectativa da diretoria celeste é de que a procura seja grande, especialmente pela rivalidade histórica entre os clubes e pelo momento de crescimento do futebol feminino no Brasil.

Além da compra online, torcedores do Cruzeiro também terão a opção de adquirir ingressos presencialmente na loja oficial do clube em Sete Lagoas, localizada na

Rua José Duarte de Paiva, nº 376, no Centro. O ponto físico funciona de segunda a sexta-feira, das 10h às 20h; aos sábados, das 10h às 16h; e aos domingos, das 10h às 14h.

Torcida visitante terá acesso exclusivo online

Os torcedores do Atlético interessados em acompanhar o clássico também poderão garantir presença no estádio, mas a venda para o setor visitante será realizada exclusivamente de forma digital. A compra deverá ser feita pelo aplicativo BaladAPP ou pelo site baladapp.com.br, a partir das 18h desta terça-feira.

Não haverá venda física de ingressos para a torcida visitante. Após a aquisição, será necessário baixar o aplicativo da plataforma para acessar o ingresso digital no dia da partida. O QR Code que permite a entrada no estádio ficará disponível cerca de sete horas antes do início do jogo.

Organização do acesso ao estádio

A Arena do Jacaré abrirá os portões uma hora antes do início do confronto, às 15h. O clube orienta que os torcedores cheguem com antecedência para evitar filas e facilitar o fluxo de acesso.

Os cruzeirenses entrarão pelos portões 3 e 4, enquanto os atletas utilizarão exclusivamente o portão 5, destinado ao setor visitante. A organização também recomenda que os torcedores compareçam com o celular carregado e com a tela em boas condições, já que aparelhos danificados podem dificultar a leitura do QR Code nas catracas eletrônicas.

Outro ponto importante é que, para cada ingresso adicional adquirido, será necessário cadastrar os dados do usuário no momento da compra. A medida faz parte do controle de acesso e da política de segurança adotada pelos organizadores.

Gratuidade para crianças

A partida também contará com benefício de gratuidade para crian-

ças menores de 12 anos, conforme estabelece a Lei Municipal nº 11.687, de 26 de abril de 2024. O torcedor que já tiver adquirido ingresso poderá retirar, de forma online, até dois bilhetes gratuitos para menores de 12 anos no mesmo setor do ingresso comprado.

A retirada deverá ser feita exclusivamente pelo site ou pelo aplicativo oficial do Cruzeiro. O período para solicitação começa 48 horas antes do jogo, às 16h de quinta-feira (12), e segue até 24 horas antes da partida, às 16h de sexta-feira (13), ou até o esgotamento da carga disponibilizada.

No momento da solicitação será necessário cadastrar os dados da criança beneficiada. No acesso ao estádio, o menor deverá apresentar documento de identificação para validação na catraca. A organização ressalta ainda que todas as crianças, independentemente da idade, precisam possuir ingresso para entrar no estádio.

Clássico reforça crescimento do futebol feminino

O confronto entre Cruzeiro e Atlético também representa mais um passo no fortalecimento do futebol feminino em Minas Gerais. Nos últimos anos, os clubes ampliaram investimentos na modalidade, estruturaram elencos competitivos e passaram a disputar as principais competições nacionais.

A presença das duas torcidas na Arena do Jacaré reforça a expectativa de um ambiente de grande mobilização, semelhante ao que já ocorre nos clássicos masculinos. Para atletas, dirigentes e torcedores, jogos como esse ajudam a consolidar o espaço do futebol feminino no calendário esportivo brasileiro.

Com rivalidade histórica, ingressos acessíveis e promessa de arquibancadas movimentadas, o clássico deste sábado tem todos os ingredientes para se tornar mais um capítulo marcante da disputa entre Cruzeiro e Atlético, agora também no cenário do Campeonato Brasileiro Feminino.

“ O BAILE DE LUCIANO PACCO” ESTARÁ NOVAMENTE AGITANDO A “FEIJOADA DO THEO”



Como sempre, a famosa “Feijoada do Theo”, que se tornou mesmo uma grife, vai ser encerrada com “chave de ouro”. Mais uma grande atração vai agitar todos na pista do Clube dos Fazendeiros, ou seja, a espetacular banda do famoso “Baile do Pacco” (foto), que dispensa apresentações e é realmente um show à parte.



Numa recepção da Sociedade Rural, este jornalista aparece emoldurado pelos ex-presidentes Dario Colares e Alexandre Viana.

CAMISETAS DA FEIJOADA

Muita gente já querendo adquirir as camisetas da FEIJOADA DO THEO, mas elas só serão lançadas nas próximas semanas nas melhores boutiques da cidade. Só terão acesso ao Clube dos Fazendeiros aqueles que estiverem vestidos com a camiseta, pois a portaria será rigorosa. Nada de colocá-la nos ombros. As mulheres, como sempre criativas, certamente transformarão as camisetas em blusas fashion, com muito brilho. O já tradicional painel da IMPLESSIK estará na entrada, com um novo layout logo na primeira entrada do salão.

LÍDER SUPREMO

MOJTABA Khamenei foi eleito novo líder supremo do Irã por uma assembleia de clérigos. A escolha não significa que o novo líder supremo cuidará da estratégia na guerra. Tampouco significa que liderará o regime, caso este sobreviva, ao final do conflito. Sua eleição, na prática, indica uma guinada do poder dos clérigos em direção à Guarda Revolucionária.

CONTINUANDO

Vale lembrar que o líder supremo do Irã não representa para os xiitas o que o Papa é para os católicos. Muitos fazem essa confusão. Sua liderança é do regime, e há clérigos mais respeitados em questões religiosas tanto no Irã quanto no Iraque, outra nação de maioria xiita, embora árabe e não persa. Um exemplo é aiatolá Ali al-Sistani, que pode ser considerado hoje a figura mais influente do islamismo xiita no mundo.

FLÁVIO CRESCENDO NAS PESQUISAS

A recente pesquisa Datafolha mostra que a polarização entre Lula e os Bolsonaro é a única certeza de um cenário incerto. Desde que foi escolhido como candidato pelo pai, Jair Bolsonaro, Flávio se consolidou no segundo lugar no primeiro turno, empatou nas simulações de segundo turno com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tem chances reais de vencer em outubro. É provável que, assim como em 2022, o resultado da próxima eleição será no fotochart.

CLUBE DOS FAZENDEIROS

Tradicional clube onde já promovi muitas e muitas festas e que possui grande infraestrutura para a realização da “Feijoada do Theo”. Amplo espaço no salão, excelentes e grandes banheiros, salão climatizado e grandes varandas. Por isso resolvi encerrar este evento ali. Teremos espaços para as mesas, aparadores para o buffet, que será variado, palco, pista de dança e o famoso bar de Halan Borges, ou seja, o Flair Show Bar, com drinks variados. A geladíssima cerveja AMSTEL voltará a ser servida à vontade. A decoração contará com arranjos de flores tropicais de Vanilda Miranda, assinados pelo grande César Costa, que montará o ambiente com seus diferentes níveis cenográficos, inclusive com uma área estilo pub, entre outros espaços especiais.



MEU DESTAQUE deste mês, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, vai para a maravilhosa arquiteta JORDANA LANZA VIEIRA BRANDÃO. Super antenada, sucesso em sua profissão e, ainda por cima, para quem não sabe, é também uma fazendeira de sucesso



Fotografei em Janaúba o senador CARLOS VIANA, que com muita garra e coragem está comandando a CTMI do INSS e enfrentando os poderosos. Está aí ao lado do pecuarista João Marcelo Antunes.



Em 2022, estou aí fazendo pose na praia, tendo ao fundo a bela capital dos Emirados Árabes, Abu Dhabi, que hoje enfrenta terríveis ataques do Irã.



NESTA série de jovens de sucesso que estão seguindo os passos dos pais, vou homenagear os irmãos: FRED, médico oftalmologista de destaque, e FABRÍCIO e FRANKLIN, que com muita garra fazem crescer cada vez mais a famosa e importante rede das ÓTICAS OUVIDOR. Sempre trabalhando ao lado dos pais, JONAS DAVID e CÉLIA TELLES SOUZA. Aplausos!



Numa cerimônia com a família e amigos íntimos, Amanda Raphaella Ramos e Rafael Bruno Garcia oficializaram o casamento. Felicidades ao casal!

VAP&VIP

JÁ FAZENDO campanha aqui em MOC e em várias cidades da região, o pré-candidato à Câmara Federal, RUY MUNIZ. Se realmente confirmar sua candidatura, deverá ser eleito, o que será muito bom para que tenhamos mais um montes-clarense defendendo este esquecido sertão norte-mineiro na Câmara Federal. Bola pra frente, grande Ruy Muniz!

FÁTIMA TURANO e Eliziário Resende seguem para o luxuoso apê em Mar del Plata. Têm como convidado o querido Padre Ivan, que ficará mais tempo por lá, onde irá celebrar um casamento.

HÁ PREVISÕES de muita chuva aqui na região nos próximos dias. É bom ficarem alertas!

O MOTORISTA brasileiro já pode preparar o bolso. A escalada da tensão no Oriente Médio voltou a empurrar o preço internacional do petróleo para cima — acima de US\$ 82 o barril — e o reflexo inevitável chega às bombas. Gasolina e diesel devem sofrer reajustes de dois dígitos nas próximas semanas.

PARA FINALIZAR: “A amizade sincera nasce no coração. É cultivada com amor, dedicação, respeito e parceria. Quando fizer um bom amigo, cuide bem dele. O laço mais forte da amizade é a confiança. Ela nos permite ser quem realmente somos, sem medo de julgamentos”.